

PREGÃO ELETRÔNICO

90031/2026 - FCT

CONTRATANTE (UASG)

102321 – UNESP – FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

OBJETO

CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, DE DESINSTALAÇÃO, DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E DE FORNECIMENTO E DE INSTALAÇÃO DE PEÇAS EM APARELHOS DE AR-CONDICIONADO, NAS DEPENDÊNCIAS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNESP – CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.165.180,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/06/2026 ÀS 09:00 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	Erro! Indicador não definido.
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	3
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	5
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	8
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	16
11. DOS RECURSOS	17
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	21
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – UNESP

CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2026-FCT

(Processo Administrativo nº 842/2026-FCT)

Torna-se público que o(a) a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", por meio da Faculdade de Ciências e Tecnologia Câmpus de Presidente Prudente/SP, sediada à rua Roberto Simonsen, nº 305, Centro Educacional, na cidade de Presidente Prudente/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1. O objeto da presente licitação é **CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, DE DESINSTALAÇÃO, DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E DE FORNECIMENTO E DE INSTALAÇÃO DE PEÇAS EM APARELHOS DE AR-CONDICIONADO, NAS DEPENDÊNCIAS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNESP – CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.1. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.6. Para o item único, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.9. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.12. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.12.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento

dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.
- 5.3.
- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de acordo com a tabela abaixo:

ITEM	VALOR DE REDUÇÃO
01, 24,	R\$ 10,00
02, 04,05, 06, 10, 11, 32,37, 38, 42, 43, 44, 45,47, 48, 49, 50	R\$ 2,00
03,14,19, 21, 25, 28, 31,34	R\$ 15,00
07, 08, 22, 33, 39, 40	R\$ 3,00
09	R\$ 4,00
12, 20, 23, 26,29, 30, 41, 46	R\$ 5,00
13, 18, 27	R\$ 8,00
15, 35	R\$ 25,00
16, 36	R\$ 40,00
17	R\$ 60,00

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. [Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.]

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação,

for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicafe;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta. |

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta. |

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto. |

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. |

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.2. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.4. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea "a" da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante pedido pelo meio eletrônico <https://sistemas.unesp.br/sigad/pages/externo/comunicado-pe.xhtml?unidade=fct>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a Portaria Unesp nº 135 de 20 de dezembro de 2023, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.21. Tratando-se de licitação para registro de preços:

12.21.1. Será da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

12.21.2. Será da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

12.21.3. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências descritas na subdivisão anterior.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo

protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: compras.fct@unesp.br |

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.10.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.10.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.11. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://ape.unesp.br/licitação/>, Portal de Licitações da Unesp.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Presidente Prudente do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável (Portaria Unesp nº 135/2025);

14.15.3. ANEXO III – Modelos) referente a planilha de proposta;

14.15.4. ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços.

Presidente Prudente, SP, data da assinatura eletrônica.

Eliene Ribeiro Spolador
Diretora da Divisão Técnica Administrativa

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo .

MEMORIAL DESCRITIVO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo. |

ANEXO II

PORTARIA UNESP Nº 135 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo.

ANEXO III

MODELO DA PLANILHA DE PROPOSTA

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo.

ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo.

ESP-UNESP-FAC. DE CIENC. E TECNOL-C.PRES.PRUD

Termo de Referência 61/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

RAQUEL MOREIRA ORDONI

Atualizado em

08/06/2026 09:29 (v 0.15)

61/2026

102321-ESP-UNESP-FAC. DE CIENC. E TECNOL-C.PRES.PRUD

Status

DISPONIBILIZADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	384/2026	_____/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TR SERVIÇOS LICITAÇÃO

Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE
Termo de Referência - **Serviços sem dedicação de mão de obra - Licitação**
Versão atualizada em: 07/01/2026
Aprovado pela Assessoria Jurídica da Unesp Conforme Parecer Jurídico nº 185/2024-AJ

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constituição de Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação, de desinstalação, de manutenção preventiva, de manutenção corretiva e de fornecimento e de instalação de peças em aparelhos de ar-condicionado , nas dependências da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Campus de Presidente Prudente, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND DE MEDIDA	QTD	VL UNIT R\$	VL TOTAL R\$
	1	Instalação split 9.000 a 18.000 BTU/h	2771	Unid.	90	915,00	82.350,00
	2	Metro adicional linha frigorígena 9.000 a 18.000 BTU/h	2771	Metro	250	158,00	39.500,00
	3	Instalação split 18.001 a 35.999 BTU/h	2771	Unid.	65	1.460,00	94.900,00
						205,00	57.400,00

Ú

N

4	Metro adicional linha frigorígena 18.001 a 35.999 BTU/h	2771	Metro	280		
5	Instalação split 36.000 a 60.000 BTU/h	2771	Unid.	35	2.100,00	73.500,00
6	Metro adicional linha frigorígena 36.000 a 60.000 BTU/h	2771	Metro	280	285,00	79.800,00
7	Desinstalação split 9.000 a 18.000 BTU/h	2771	Unid.	100	225,00	22.500,00
8	Desinstalação split 18.001 a 35.999 BTU/h	2771	Unid.	70	310,00	21.700,00
9	Desinstalação split 36.000 a 60.000 BTU/h	2771	Unid.	40	440,00	17.600,00
10	Instalação/relocação de dreno até 10 metros	2771	Unid.	200	200,00	40.000,00
11	Manutenção preventiva split	2771	Unid.	400	170,00	68.000,00
12	Carga de gás 9.000 a 18.000 BTU/h	2771	Unid.	40	520,00	20.800,00
13	Carga de gás 18.001 a 35.999 BTU/h	2771	Unid.	20	850,00	17.000,00
14	Carga de gás 36.000 a 60.000 BTU/h	2771	Unid.	10	1.380,00	13.800,00
15	Compressor 9.000 a 18.000 BTU/h instalado	2771	Unid.	20	2.550,00	51.000,00
16	Compressor 18.001 a 35.999 BTU/h instalado	2771	Unid.	10	4.150,00	41.500,00
17	Compressor 36.000 a 60.000 BTU/h instalado	2771	Unid.	10	6.350,00	63.500,00
18	Placa condensadora convencional	2771	Unid.	30	720,00	21.600,00
19	Placa condensadora inverter	2771	Unid.	30	1.380,00	41.400,00
20	Placa evaporadora convencional	2771	Unid.	50	580,00	29.000,00
21	Placa evaporadora inverter	2771	Unid.	50	1.080,00	54.000,00
22	Placa receptora evaporadora	2771	Unid.	5	360,00	1.800,00
23	Moto ventilador condensadora 9.000 a 18.000 BTU/h	2771	Unid.	20	690,00	13.800,00
24	Moto ventilador condensadora 18.001 a 35.999 BTU/h	2771	Unid.	10	980,00	9.800,00

I

C

O

25	Moto ventilador condensadora 36.000 a 60.000 BTU/h	2771	Unid.	10	1.320,00	13.200,00
26	Motor turbina evaporadora 9.000 a 18.000 BTU/h	2771	Unid.	10	580,00	5.800,00
27	Motor turbina evaporadora 18.001 a 35.999 BTU/h	2771	Unid.	5	860,00	4.300,00
28	Motor turbina evaporadora 36.000 a 60.000 BTU/h	2771	Unid.	5	1.380,00	6.900,00
29	Turbina evaporadora 9.000 a 18.000 BTU/h	2771	Unid.	20	420,00	8.400,00
30	Turbina evaporadora 18.001 a 35.999 BTU/h	2771	Unid.	10	680,00	6.800,00
31	Turbina evaporadora 36.000 a 60.000 BTU/h	2771	Unid.	10	1.050,00	10.500,00
32	Hélice ventilador condensadora	2771	Unid.	40	250,00	10.000,00
33	Contatora condensadora	2771	Unid.	10	320,00	3.200,00
34	Serpentina condensadora 9.000 a 18.000 BTU/h	2771	Unid.	5	1.380,00	6.900,00
35	Serpentina condensadora 18.001 a 35.999 BTU/h	2771	Unid.	5	2.680,00	13.400,00
36	Serpentina condensadora 36.000 a 60.000 BTU/h	2771	Unid.	5	4.250,00	21.250,00
37	Sensor de degelo	2771	Unid.	10	140,00	1.400,00
38	Sensor de temperatura	2771	Unid.	10	125,00	1.250,00
39	Chave termostato ou seletora	2771	Unid.	5	295,00	1.475,00
40	Válvula de serviço 9.000 a 18.000 BTU/h	2771	Unid.	10	270,00	2.700,00
41	Válvula de serviço 18.001 a 60.000 BTU/h	2771	Unid.	10	460,00	4.600,00
42	Controle remoto original/universal	2771	Unid.	30	120,00	3.600,00
43	Capacitor compressor	2771	Unid.	40	125,00	5.000,00
44	Capacitor motor ventilador	2771	Unid.	40	110,00	4.400,00
45	Capacitor motor turbina	2771	Unid.	10	125,00	1.250,00

46	Substituição flange + carga gás	2771	Unid.	30	540,00	16.200,00
47	Solda tubulação para microfuros	2771	Unid.	20	175,00	3.500,00
48	Eletrocalha galvanizada 150x50 com tampa	2771	Metro	85	195,00	16.575,00
49	Canaleta PVC 60 mm com acessórios	2771	Metro	70	68,00	4.760,00
50	Canaleta PVC 80 mm com acessórios	2771	Metro	130	89,00	11.570,00
VALOR TOTAL						1.165.180,00

OBS: Memorial Descritivo está Anexo a este Termo de Referência

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2. Para os itens 18, 19, 20, 21 e 22 (Placas), caso o modelo original esteja descontinuado, poderá ser adotada a placa de modelo universal, incluídas as devidas modificações para o seu perfeito funcionamento.
- 1.1.3. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como COMUNS, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da Ata de Registro de Preço no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021..
- 1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência. (ID PCA no PNCP: 48031918000124-0-000035/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Realizar o manuseio adequado de gases refrigerantes, evitando vazamentos e emissões desnecessárias ao meio ambiente, adotando boas práticas técnicas durante a manutenção, instalação e desinstalação dos equipamentos;

4.1.2. Promover a destinação ambientalmente adequada de resíduos e peças substituídas, tais como filtros, tubulações, componentes metálicos e demais materiais provenientes da manutenção dos equipamentos;

4.1.3. Adotar procedimentos que contribuam para a redução de desperdícios de materiais e insumos durante a execução dos serviços;

4.1.4. Priorizar, sempre que possível, a utilização de peças e materiais que atendam às normas técnicas e apresentem maior eficiência energética e durabilidade;

4.1.5. Cumprir as normas ambientais aplicáveis e as boas práticas relacionadas à manutenção de sistemas de climatização

4.2. A observância desses critérios visa reduzir possíveis impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para a utilização responsável dos recursos públicos.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.9. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (DEZ) dias a contar da confirmação do recebimento da Nota de Empenho. O empenho será por itens de acordo com a necessidade da Contratante.

5.1.2. Prazo de execução 30 (trinta) dias a contar do início da execução, a depender do volume e do valor contratado, o serviço poderá ser pago em etapas.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: **Conforme Memorial Descritivo em Anexo**

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: **Conforme Memorial Descritivo em Anexo**

5.1.4. Ao fim de cada manutenção seja ela preventiva ou corretiva a Contratada deverá entregar ao fiscal do Contrato a ficha de manutenção (Anexo 1) preenchida

5.1.5. A empresa apresentará o Relatório de Manutenção Preventiva e/ou Corretiva, incluindo descrição sumária dos serviços realizados bem como imagens de cada equipamento.

5.1.6. O Relatório de Manutenção Preventiva e/ou Corretiva deverá ser aprovado pelo Fiscal do Contrato.

5.1.7. Deverá constar no Relatório de Manutenção Preventiva e/ou Corretiva as condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos consertados

5.1.8. Para todos os serviços realizados a Contratada deverá apresentar relatório de serviços realizados, contendo descrição, quantidade e imagens dos serviços (antes, durante e depois) para comprovar que os serviços foram executados.

Equipe Mínima para Execução dos Serviços

5.2. Para a adequada execução dos serviços objeto desta contratação, a empresa contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada, composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

5.2.1. 01 (um) profissional com formação técnica em Refrigeração e Climatização ou profissional legalmente habilitado, responsável pela execução e acompanhamento dos serviços de instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos;

5.2.2. Auxiliares técnicos, em quantidade suficiente para a adequada execução dos serviços, sob supervisão do profissional qualificado.

5.2.3. O profissional técnico deverá possuir formação na área de refrigeração e climatização, emitida por instituição de ensino reconhecida, devendo apresentar comprovação quando solicitado pela Administração.

5.2.4. A empresa contratada deverá garantir que os profissionais envolvidos na execução dos serviços possuam capacitação técnica compatível com as atividades desenvolvidas, bem como observem as normas de segurança do trabalho e as boas práticas aplicáveis à manutenção de sistemas de climatização.

5.2.5. Os certificados dos treinamentos NR- 10 e NR-35 e Atestados de Saúde Ocupacional dos funcionários deverão ser apresentados antes do início de prestação de serviços do Contrato, somente ficando liberado o início após a aprovação da Contratante.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no(s) seguinte(s) endereço(s) Rua Roberto Simonsen, 300/305 - Centro Educacional, Rua Shiguer Watanabe, 100 - Jd Petrópolis, Rua Dr Cyro Bueno, 40 - Núcleo Morumbi - Presidente Prudente - SP

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 08h00min às 17h00min – de segunda a sexta-feira, e em casos excepcionais e mediante a autorização da Diretoria Técnica de Serviços poderá ser autorizada a execução dos serviços em finais de semana ou feriados, mediante autorização prévia da Contratante, com agendamento prévio de cada local a ser realizado o serviço, pelo e-mail dts.fct@unesp.br.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas: **Conforme Memorial Descritivo em Anexo**

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no **Memorial Descritivo em Anexo**, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia para os serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do serviço;

5.7. O prazo de garantia para os serviços de manutenção será de 90 (noventa) dias, complementar à garantia legal, salvo substituições/fornecimentos de compressores, que deve ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do serviço.

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com

menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. O objeto será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recepção da nota fiscal/fatura representativa da prestação dos serviços pela Contratante ;

7.2.2. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a Contratada deverá refazê-los no prazo estabelecido pelo Contratante, observando as condições estabelecidas para a prestação ;

7.2.3. Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

7.2.4. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório ou da data de conclusão das correções efetuadas com base no disposto no Edital, uma vez verificado a execução satisfatória dos serviços, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.10.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.25.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

NÃO SE APLICA.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.6. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- 9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
- 9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital [quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e,] nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

9.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

9.22. A empresa contratada deverá comprovar que possui em seu quadro técnico profissional qualificado para execução dos serviços de instalação e manutenção de sistemas de climatização, devendo atender aos seguintes requisitos:

9.22.1. Disponibilizar Técnico em Refrigeração e Climatização ou profissional legalmente habilitado, com formação compatível com as atividades objeto da contratação;

9.22.3. O profissional deverá possuir formação técnica na área de refrigeração e climatização, emitida por instituição de ensino reconhecida;

9.22.2. O profissional indicado pelo licitante no momento da licitação deve participar da execução do contrato, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.22.3. A disponibilidade do profissional pode ser demonstrada por meio de outros documentos, como contrato de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado, ou mesmo declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado. Essa declaração deve ser acompanhada de declaração de anuência do profissional.

9.23. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

9.24. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

9.24.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

9.25. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

9.26. Tratando-se de consórcio:

9.26.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
 - b) Finalidade do consórcio;
 - c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
 - d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
 - e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
 - f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
 - g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
 - h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;
- 9.26.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;
- 9.26.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.26.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.
- 9.27. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:
- 9.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;
- 9.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.27.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 9.27.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;
- 9.27.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 9.27.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 9.27.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 1.165.180,00 (Um Milhão, Cento e Sessenta e Cinco Mil, Cento e Oitenta Reais), conforme custos unitários apostos na tabela do item 01 deste Termo de Referência. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

11.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: Faculdade de Ciências e Tecnologia /Unesp - Campus de Presidente Prudente;

II) Fonte de Recursos: ;

11.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

NÃO SE APLICA.

13. ANEXO I

NÃO SE APLICA.

14. ANEXO II

NÃO SE APLICA.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEXANDRE MONTEIRO GIMENEZ

Diretor Técnico de Serviço



Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 09:29:00.

MEMORIAL DESCRITIVO

SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, DE DESINSTALAÇÃO, DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E DE FORNECIMENTO E DE INSTALAÇÃO DE PEÇAS EM APARELHOS DE AR-CONDICIONADO, NAS DEPENDÊNCIAS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNESP – CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

MAIO / 2026

1. OBJETIVO

O objetivo deste memorial é preconizar as condições para ensejar a contratação de empresa especializada em **serviços de instalação, de desinstalação, de manutenção preventiva, de manutenção corretiva e de fornecimento e de instalação de peças em aparelhos de ar-condicionado**, nas dependências da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Campus de Presidente Prudente.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa especializada em serviços de instalação, de desinstalação, de manutenção preventiva, de manutenção corretiva e de fornecimento de peças para aparelhos de ar-condicionado é essencial para garantir o funcionamento adequado e contínuo dos sistemas de climatização nas dependências da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Campus de Presidente Prudente.

Os motivos que justificam tal contratação são: eficiência energética - manutenção adequada reduz consumo de energia e custos; conforto e produtividade - ambientes climatizados garantem conforto para alunos e servidores; prevenção de falhas - manutenção preventiva evita problemas e reduz riscos de interrupção; segurança - serviços especializados garantem segurança nas instalações e operação.

Os benefícios são: operação contínua - minimiza interrupções nos sistemas de ar-condicionado; custo-benefício - manutenção especializada aumenta vida útil dos equipamentos; suporte técnico - atendimento rápido e qualificado para resolver problemas.

A contratação de empresa especializada assegura a eficiência e durabilidade dos sistemas de ar-condicionado, beneficiando toda a comunidade acadêmica.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO E QUANTIDADE ESTIMADA

Item	Consumo Estimado	Unid.	Descrição dos Serviços/Materiais
1	90	Unid.	Instalação de aparelho de ar-condicionado, tipo split, sistema convencional ou sistema inverter, potência de 9.000 BTU/h até 18.000 BTU/h, hi-wall ou piso/teto, ciclo frio ou ciclo quente/frio. Inclui os seguintes itens: - Furo passante mecanizado com serra tipo copo, em alvenaria ou concreto, para instalações elétricas e tubulações. - Tubulação de cobre de sucção e de expansão. - Porcas flanges, de acordo com cada tipo de equipamento, se necessário. - Isolamento térmico (tubo esponjoso) para as tubulações de cobre de sucção e de expansão.

			<ul style="list-style-type: none"> - Fita de PVC térmico para isolamento das tubulações e acabamento estético. - Cabo PP de comunicação entre a unidade evaporadora e a unidade condensadora, com os devidos terminais elétricos. - Cabo PP de alimentação entre a unidade evaporadora e a unidade condensadora, com os devidos terminais elétricos. - Calços de borracha ou suporte de fixação (tipo mão francesa) para a unidade condensadora, com os devidos acessórios (buchas e parafusos). - Suporte de fixação (tipo mão francesa) para a unidade evaporadora, com os devidos acessórios (buchas e parafusos), se necessário. - Montagem e instalação no local indicado pelo solicitante. - Vedação com espuma expansiva (poliuretano expandido), se necessário. - Os aparelhos deverão passar por testes de funcionamento e de eficiência após a instalação. - Deverão ser seguidas as normas do fabricante e demais normas técnicas existentes.
2	250	Metro	<p>Metro adicional de cano de cobre para aparelho de ar-condicionado, tipo split, de 9.000 BTU/h até 18.000 BTU/h, incluindo: isolamento térmico, cabo PP de comunicação, cabo PP de alimentação e serviços de instalação (com soldagem, corte e adaptação, se necessários).</p>
3	65	Unid.	<p>Instalação de aparelho de ar-condicionado, tipo split, sistema convencional ou sistema inverter, potência de 18.001 BTU/h até 35.999 BTU/h, hi-wall ou piso/teto, ciclo frio ou clio quente/frio.</p> <p>Inclui os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Furo passante mecanizado com serra tipo copo, em alvenaria ou concreto, para instalações elétricas e tubulações. - Tubulação de cobre de secção e de expansão. - Porcas flanges, de acordo com cada tipo de equipamento, se necessário. - Isolamento térmico (tubo esponjoso) para as tubulações de cobre de sucção e de expansão. - Fita de PVC térmico para isolamento das tubulações e acabamento estético. - Cabo PP de comunicação entre a unidade evaporadora e a unidade condensadora, com os devidos terminais elétricos.

			<ul style="list-style-type: none"> - Cabo PP de alimentação entre a unidade evaporadora e a unidade condensadora, com os devidos terminais elétricos. - Calços de borracha ou suporte de fixação (tipo mão francesa) para a unidade condensadora, com os devidos acessórios (buchas e parafusos). - Suporte de fixação (tipo mão francesa) para a unidade evaporadora, com os devidos acessórios (buchas e parafusos), se necessário. - Montagem e instalação no local indicado pelo solicitante. - Vedação com espuma expansiva (poliuretano expandido), se necessário. - Os aparelhos deverão passar por testes de funcionamento e de eficiência após a instalação. - Deverão ser seguidas as normas do fabricante e demais normas técnicas existentes.
4	280	Metro	<p>Metro adicional de cano de cobre para aparelho de ar-condicionado, tipo split, de 18.001 BTU/h até 35.999 BTU/h, hi-wall ou piso/teto, incluindo: isolamento térmico, cabo PP de comunicação, cabo PP de alimentação e serviços de instalação (com soldagem, corte e adaptação, se necessários).</p>
5	35	Unid.	<p>Instalação de aparelho de ar-condicionado, tipo split, sistema convencional ou sistema inverter, potência de 36.000 BTU/h até 60.000 BTU/h, piso/teto, ciclo frio ou ciclo quente/frio.</p> <p>Inclui os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Furo passante mecanizado com serra tipo copo, em alvenaria ou concreto, para instalações elétricas e tubulações. - Tubulação de cobre de sucção e de expansão. - Porcas flanges, de acordo com cada tipo de equipamento, se necessário. - Isolamento térmico (tubo esponjoso) para as tubulações de cobre de sucção e de expansão. - Fita de PVC térmico para isolamento das tubulações e acabamento estético. - Cabo PP de comunicação entre a unidade evaporadora e a unidade condensadora, com os devidos terminais elétricos. - Cabo PP de alimentação entre a unidade evaporadora e a unidade condensadora, com os devidos terminais elétricos.

			<ul style="list-style-type: none"> - Calços de borracha ou suporte de fixação (tipo mão francesa) para a unidade condensadora, com os devidos acessórios (buchas e parafusos). - Suporte de fixação (tipo mão francesa) para a unidade evaporadora, com os devidos acessórios (buchas e parafusos), se necessário. - Montagem e instalação no local indicado pelo solicitante. - Vedação com espuma expansiva (poliuretano expandido), se necessário. - Os aparelhos deverão passar por testes de funcionamento e de eficiência após a instalação. - Deverão ser seguidas as normas do fabricante e demais normas técnicas existentes.
6	280	Metro	Metro adicional de cano de cobre para aparelho de ar-condicionado, tipo split, de 36.000 BTU/h até 60.000 BTU/h, piso/teto, incluindo: isolamento térmico, cabo PP de comunicação, cabo PP de alimentação e serviços de instalação (com soldagem, corte e adaptação, se necessários).
7	100	Unid.	<p>Desinstalação de aparelho de ar-condicionado, tipo split, sistema convencional ou sistema inverter, potência de 9.000 BTU/h até 18.000 BTU/h, hi-wall ou piso/teto, ciclo frio ou ciclo quente/frio.</p> <p>O serviço inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Teste de funcionamento do aparelho. - Recolher fluído refrigerante no próprio aparelho, ou se necessário, na recolhadora externa. - Desenergizar o aparelho. - Desmontagem do equipamento, incluindo retirada da unidade condensadora, retirada da unidade evaporadora e retirada dos suportes internos e externos. - Após a retirada do equipamento será necessária a vedação dos tubos e válvulas. - Transporte até o local de destino indicado pela Contratante. - Deverão ser seguidas as normas do fabricante e demais normas técnicas existentes, incluídas aquelas relativas à preservação ambiental.
8	70	Unid.	<p>Desinstalação de aparelho de ar-condicionado, tipo split, sistema convencional ou sistema inverter, potência de 18.001 BTU/h até 35.999 BTU/h, hi-wall ou piso/teto, ciclo frio ou ciclo quente/frio.</p> <p>O serviço inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Teste de funcionamento do aparelho.

			<ul style="list-style-type: none"> - Recolher fluído refrigerante no próprio aparelho, ou se necessário, na recolhadora externa. - Desenergizar o aparelho. - Desmontagem do equipamento, incluindo retirada da unidade condensadora, retirada da unidade evaporadora e retirada dos suportes internos e externos. - Após a retirada do equipamento será necessária a vedação dos tubos e válvulas. - Transporte até o local de destino indicado pela Contratante. - Deverão ser seguidas as normas do fabricante e demais normas técnicas existentes, incluídas aquelas relativas à preservação ambiental.
9	40	Unid.	<p>Desinstalação de aparelho de ar-condicionado, tipo split, sistema convencional ou sistema inverter, potência de 36.000 BTU/h até 60.000 BTU/h, hi-wall ou piso/teto, ciclo frio ou ciclo quente/frio.</p> <p>O serviço inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Teste de funcionamento do aparelho. - Recolher fluído refrigerante no próprio aparelho, ou se necessário, na recolhadora externa. - Desenergizar o aparelho. - Desmontagem do equipamento, incluindo retirada da unidade condensadora, retirada da unidade evaporadora e retirada dos suportes internos e externos. - Após a retirada do equipamento será necessária a vedação dos tubos e válvulas. - Transporte até o local de destino indicado pela Contratante. - Deverão ser seguidas as normas do fabricante e demais normas técnicas existentes, incluídas aquelas relativas à preservação ambiental.
10	200	Unid.	<p>Serviço adicional de instalação/relocação de dreno interno e/ou externo em conjunto ou não com as instalações referentes aos itens 1 (de 9.000 BTU/h até 18.000 BTU/hs), 3 (de 18.001 BTU/h até 35.999 BTU/hs) e 5 (de 36.000 BTU/h até 60.000 BTU/hs) com a utilização de tubulação de PVC até 10 metros.</p>
11	400	Unid.	<p>Serviço de manutenção preventiva em aparelho de ar-condicionado, tipo split, hi-wall ou piso-teto, sistema convencional ou sistema inverter, ciclo frio ou ciclo quente/frio</p>

12	40	Unid.	Carga de gás R22/R410/R32 para aparelho de ar-condicionado, tipo split, de 9.000 BTU/h até 18.000 BTU/h.
13	20	Unid.	Carga de gás R22/R410/R32 para aparelho de ar-condicionado, tipo split, de 18.001 BTU/h até 35.999 BTU/h.
14	10	Unid.	Carga de gás R22/R410/R32 para aparelho de ar-condicionado, tipo split, de 36.000 BTU/h até 60.000 BTU/h.
15	20	Unid.	Compressor rotativo ou scroll para aparelho de ar-condicionado de 9.000 BTU/h até 18.000 BTU/h, tipo split, hi-wall, devidamente instalado, incluindo: limpeza de todo o sistema com gás 141B e nitrogênio, sempre que necessário; mão de obra para substituição, seguindo as normas técnicas; carga de gás (R22/R410/R32).
16	10	Unid.	Compressor rotativo ou scroll para aparelho de ar-condicionado de 18.001 BTU/h até 35.999 BTU/h, tipo split, hi-wall ou piso/teto, devidamente instalado, incluindo: limpeza de todo o sistema com gás 141B e nitrogênio, sempre que necessário; mão de obra para substituição, seguindo as normas técnicas; carga de gás (R22/R410/R32).
17	10	Unid.	Compressor rotativo ou scroll para aparelho de ar-condicionado de 36.000 BTU/h até 60.000 BTU/h, tipo split, piso/teto, devidamente instalado, incluindo: limpeza de todo o sistema com gás 141B e nitrogênio, sempre que necessário; mão de obra para substituição, seguindo as normas técnicas; carga de gás (R22/R410/R32).
18	30	Unid.	Placa de comando para unidade condensadora de aparelho de ar-condicionado, split, hi-wall/piso-teto, convencional
19	30	Unid.	Placa de comando para unidade condensadora de aparelho de ar-condicionado, split, hi-wall/piso-teto, inverter
20	50	Unid.	Placa de comando para unidade evaporadora de aparelho de ar-condicionado, split, hi-wall/piso-teto, convencional
21	50	Unid.	Placa de comando para unidade evaporadora de aparelho de ar-condicionado, split, hi-wall/piso-teto, inverter

22	5	Unid.	Placa receptora para unidade evaporadora de aparelho de ar-condicionado, split, hi-wall/piso-teto
23	20	Unid.	Moto ventilador para unidade condensadora de aparelho de ar-condicionado, split, de 9.000 BTU/h até 18.000 BTU/h, hi-wall, convencional e inverter
24	10	Unid.	Moto ventilador para unidade condensadora de aparelho de ar-condicionado, de 18.001 BTU/h até 35.999 BTU/h, tipo split, hi-wall ou piso/teto, convencional e inverter
25	10	Unid.	Moto ventilador para unidade condensadora de aparelho de ar-condicionado, de 36.000 BTU/h até 60.000 BTU/h, tipo split, piso-teto, convencional e inverter
26	10	Unid.	Motor da turbina para unidade evaporadora de aparelho de ar-condicionado, de 9.000 BTU/h até 18.000 BTU/h, tipo split, hi-wall, convencional e inverter
27	5	Unid.	Motor da turbina para unidade evaporadora de aparelho de ar-condicionado, de 18.001 BTU/h até 35.999 BTU/h, tipo split, hi-wall ou piso/teto, convencional e inverter
28	5	Unid.	Motor da turbina para unidade evaporadora de aparelho de ar-condicionado, de 36.000 BTU/h até 60.000 BTU/h, tipo split, piso-teto, convencional e inverter
29	20	Unid.	Turbina para unidade evaporadora de aparelho de ar-condicionado, de 9.000 BTU/h até 18.000 BTU/h, tipo split, hi-wall, convencional e inverter
30	10	Unid.	Turbina para unidade evaporadora de aparelho de ar-condicionado, de 18.001 BTU/h até 35.999 BTU/h, tipo split, hi-wall ou piso/teto, convencional e inverter
31	10	Unid.	Turbina para unidade evaporadora de aparelho de ar-condicionado, de 36.000 BTU/h até 60.000 BTU/h, tipo split, piso-teto, convencional e inverter
32	40	Unid.	Hélice do ventilador para unidade condensadora de aparelho de ar-condicionado, de 9.000 BTU/h até 60.000 BTU/s, tipo split, hi-wall ou piso/teto, convencional e inverter
33	10	Unid.	Contatora para unidade condensadora de aparelho de ar-condicionado, de 9.000 BTU/h até 60.000 BTU/s, tipo split, hi-wall ou piso/teto, convencional e inverter

34	5	Unid.	Serpentina para unidade condensadora de aparelho de ar-condicionado, de 9.000 BTU/h até 18.000 BTU/h, tipo split, hi-wall, convencional e inverter
35	5	Unid.	Serpentina para unidade condensadora de aparelho de ar-condicionado, de 18.001 BTU/h até 35.999 BTU/h, tipo split, hi-wall ou piso/teto, convencional e inverter
36	5	Unid.	Serpentina para unidade condensadora de aparelho de ar-condicionado, de 36.000 BTU/h até 60.000 BTU/h, tipo split, piso-teto, convencional e inverter
37	10	Unid.	Sensor de degelo para aparelho de ar-condicionado
38	10	Unid.	Sensor de temperatura para aparelho de ar-condicionado
39	5	Unid.	Chave termostato ou seletora
40	10	Unid.	Válvula de serviço para aparelho de ar-condicionado, de 9.000 BTU/h até 18.000 BTU/h, tipo split, hi-wall, convencional e inverter
41	10	Unid.	Válvula de serviço para aparelho de ar-condicionado, de 18.001 BTU/h até 60.000 BTU/h, tipo split, hi-wall ou piso/teto, convencional e inverter
42	30	Unid.	Controle remoto original ou modelo universal compatível com o aparelho de ar-condicionado
43	40	Unid.	Capacitor do compressor do aparelho de ar-condicionado
44	40	Unid.	Capacitor para motor do ventilador do aparelho de ar-condicionado
45	10	Unid.	Capacitor para motor da turbina do aparelho de ar-condicionado
46	30	Unid.	Substituição de flange + carga de fluido refrigerante do aparelho de ar-condicionado
47	20	Unid.	Solda de tubulação para correção de microfuros do aparelho de ar-condicionado
48	85	Metro	Eletrocalha perfurada, galvanizada a fogo, 150 mm x 50 mm, com tampa parafusada e acessórios

49	70	Metro	Canaleta de PVC para ar-condicionado, 60 mm (tipo CB60), com tampa de encaixe e acessórios
50	130	Metro	Canaleta de PVC para ar-condicionado, 80 mm (tipo CB80), com tampa de encaixe e acessórios

Observação: Para os itens 18, 19, 20, 21 e 22 (Placas), caso o modelo original esteja descontinuado, poderá ser adotada a placa de modelo universal, incluídas as devidas modificações para o seu perfeito funcionamento.

Obs.: Os itens devem ser adquiridos em lote único.

3.1. Todos os serviços solicitados deverão atingir o fim a que se destinam, com eficácia e qualidade requeridas.

3.2. IMPORTANTE: Os serviços a serem executados, quando da contratação, deverão corresponder às especificações da proposta, em total consonância com o Memorial Descritivo, no que tange às suas características e padrão de qualidade, sob pena de rescisão contratual e penalidades cabíveis.

3.3. Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá observar as normas de segurança vigentes e cabíveis.

3.4. Todo o material para prestação dos serviços deverá ser novo, de primeira qualidade e fornecido pela empresa CONTRATADA.

3.5. Os quantitativos dos itens constantes na tabela acima foram definidos levando-se em conta o tamanho do parque de máquinas instalado, considerando números aproximados, baseados na previsão de novas instalações e no histórico de manutenção da unidade.

3.6. Nenhuma solicitação de serviço realizada pela Contratante terá valor inferior a R\$ 3.000,00 (três mil reais).

4. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

A manutenção preventiva em aparelhos de ar-condicionado é um conjunto de ações realizadas regularmente para prevenir problemas, garantir a eficiência e prolongar a vida útil do equipamento. A contratação do serviço de manutenção preventiva no Item 11 deve compreender os seguintes aspectos:

- 4.1 Limpeza de Filtros: Limpar os filtros de ar para garantir a qualidade do ar e a eficiência do aparelho;
- 4.2 Limpeza de Serpentinhas e Turbina: Limpar as serpentinas e a turbina da condensadora e da evaporadora com produtos adequados, garantindo

transferência de calor eficiente, dentro dos padrões originais do equipamento;

- 4.3 Limpeza da Drenagem: Limpar o sistema de drenagem para garantir que não haja obstruções ou vazamentos;
- 4.4 Verificação de Níveis de Fluido Refrigerante: Verificar os níveis de fluido refrigerante e reabastecer, se necessário;
- 4.5 Inspeção de Componentes: Inspecionar componentes do aparelho como tubulações, condensadora, evaporadora e compressor para detectar problemas potenciais e possíveis vazamentos;
- 4.6 Teste de Funcionamento: Realizar teste de funcionamento para garantir que o aparelho esteja funcionando corretamente.
- 4.7 Fixar na evaporadora da máquina limpa uma tabela, conforme modelo a ser passado pela Contratante, com os dados mínimos de data de realização do serviço, tipo de serviço executado (limpeza parcial ou completa), nome da empresa e assinatura do responsável. Nas máquinas que já houver a tabela, apenas preencher.

Considerações

- Técnicos Qualificados: A manutenção preventiva deve ser realizada por técnicos qualificados e experientes, o que poderá garantir que todos os equipamentos desmontados e remontados voltem às suas configurações originais.
- Equipamentos e Ferramentas: Utilizar equipamentos e ferramentas adequadas para realizar a manutenção preventiva.
- Documentação: Manter registros da manutenção realizada para futuras referências e planejamento.

5. MANUTENÇÃO CORRETIVA

Os serviços de manutenção corretiva compreendem as seguintes situações:

5.1 Manutenção de aparelhos que, após manutenção preventiva, ainda apresentem falha ou anomalia no funcionamento. O aparelho deve ser avaliado e a correção necessária indicada ao fiscal para avaliação e autorização;

5.2 Aparelhos com defeito indicados pela equipe própria da unidade, sendo possível uma indicação da causa das falhas;

5.3 Aparelhos cuja manutenção seja inviável por motivos técnicos ou pelo princípio da economicidade devem ser informados ao fiscal do contrato, para que este avalie os procedimentos a serem tomados;

5.4 Em caso de inservibilidade do aparelho, elabora parecer técnico baseado no modelo disponível no anexo 2, anexando fotos e informações de fabricante sempre que necessário;

5.5 A garantia dos serviços realizados é de 90 dias (exceto nos casos de substituição de compressores, cujo prazo é de 180 dias) e, caso haja alguma falha decorrente de erro, imperícia ou negligência na execução, a contratada deve cobrir os custos da correção, mediante laudo fornecido pela contratante.

6. OBSERVAÇÕES SOBRE AS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS

As manutenções preventivas e corretivas serão realizadas em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre as 08h00 e as 17h30, conforme cronograma fornecido pela contratante e disponibilidade de horários dos locais. Excepcionalmente, as manutenções poderão ser realizadas aos sábados e domingos, quando não houver a possibilidade de o equipamento ser desligado durante a semana.

A execução de qualquer serviço de manutenção está condicionada à presença do fiscal do contrato. Caso a presença integral não seja possível, o acompanhamento será obrigatório, no mínimo, durante a entrega dos equipamentos e a conferência de funcionamento.

7. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DETALHADAS DOS ITENS DE MATERIAIS E/OU SERVIÇOS

7.1. Todas as peças solicitadas pelo Contratante e aplicadas pela contratada na realização dos serviços deverão obrigatoriamente ser novas, sem uso, preferencialmente do fabricante original do aparelho ou de qualidade equivalente, seguindo as especificações mínimas aqui contidas. Caso a peça ou componente instalado não atenda às especificações do fabricante e/ou não apresente desempenho adequado para um correto funcionamento, a fiscalização tem amplos poderes para solicitar a substituição imediata.

7.2. Os serviços/peças a serem entregues, quando da contratação, deverão corresponder às especificações da proposta, em total consonância com o edital, no que tange às suas características e padrão de qualidade, sob pena de rescisão contratual e penalidades cabíveis.

7.3. A garantia mínima para os serviços, peças e materiais constantes neste RP deverá ser de no mínimo 90 (noventa) dias, salvo substituições/fornecimentos de compressores, que deve ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias.

7.4. Para fins de avaliação, transparência e esclarecimento das atividades, são listados abaixo os termos e definições deste projeto:

Instalação de equipamento

- a) Interdição / identificação de área afetada para garantir a segurança dos ocupantes fixos e circulantes.
- b) Avaliação de local de instalação dos equipamentos juntamente à Contratante, acatando suas sugestões e solicitações. Também avaliar a instalação elétrica existente e se o disjuntor existente é adequado. Caso necessária a adequação, informar à Contratante.
- c) Realização de furos passantes com serras tipo copo. Se detectado concreto ou ferragem na execução deles, deverão ser imediatamente interrompidos e comunicados ao corpo técnico da Contratante, que avaliará saídas alternativas ou avaliará a estrutura física dos diversos locais. Se o furo for em vidro, deverá ser colocada baguete plástica de acabamento no vidro (evitar acidentes de corte). Caso ele trinque ou quebre, deverá ser repostado sem ônus à Contratante.
- d) interligação frigogênica entre as unidades através de tubulação de cobre homologada para trabalhar nas pressões dos respectivos gases refrigerantes, nos comprimentos e diâmetros recomendados pelo manual de instalação do fabricante. **É vedada a instalação de tubulações de alumínio, sob qualquer hipótese.**

- Já estão inclusos nos itens de instalação a quantidade mínima requerida pelo fabricante de linha de sucção e expansão, que em hipótese alguma podem ser cobrados separadamente.

- No caso de instalações que exijam maiores distâncias, devem ser adotadas alterações no diâmetro das tubulações conforme recomendações do fabricante. Esta alteração de diâmetro deve ser apresentada ao Contratante para aprovação concomitante à instalação do equipamento. Sifões, conexões e loopings necessários também estarão inclusos.

- **NOTA:** Para os casos que haverá aumento de diâmetro de tubulação, o valor mínimo de tubulação solicitado pelo fabricante já estará incluso no item "instalação" não poderão ser cobrado novamente. Somente o comprimento adicional poderá ser cobrado. Por exemplo: Necessários 5,00 metros comprimento de tubos de cobre. O fabricante exige 3,00 metros no mínimo. Deverá ser cobrada uma instalação (já inclusa os 3,00 metros solicitados pelo fabricante) e 2,00 metros de tubulação adicional, totalizando os 5,00 metros necessários. O comprimento aqui citado já engloba as duas tubulações necessárias (sucção e expansão), logo, ao final, totalizarão 5,00 metros de tubulação de cobre de sucção e 5,00 metros de tubulação de cobre de expansão.

- As linhas de refrigerante deverão ser montadas com suas inclinações específicas necessárias para permitir escoamento e retorno de óleo ao compressor, devendo esta inclinação ser sempre no sentido do fluxo do refrigerante, com inclinação mínima de 0,5°.

- Deve ser montado um sifão na linha de descarga que deixa o compressor, com intuito de coletar óleo lubrificante na parada do mesmo, além de absorver expansões e vibrações na linha.

- Quando o evaporador estiver acima do compressor, deve ser montado um sifão invertido para prevenir a drenagem de líquido ao compressor, sendo

que a parte superior do sifão deve estar acima do ponto mais alto do evaporador.

e) isolamento térmico das tubulações, sendo exigido que as barras sejam em borracha elastomérica de células fechadas, a base de borracha sintética, condutividade térmica menor ou igual a 0,034W (m.K) a 0°C, autoextinguível. Os isolamentos deverão ser "vestidos" nos tubos previamente à instalação (evitar aberturas). As emendas devem ser coladas com adesivo líquido apropriado. Como proteção superficial e acabamento, deverá ser utilizada fita de PVC na cor branca sem adesivo, largura 100mm. Todo o isolamento deverá ser recoberto por esta fita.

NOTA: Antes do revestimento da tubulação com isolamento térmico e fita PVC, a Contratada deverá avisar a fiscalização da Contratante para validar os diâmetros e espessuras das tubulações utilizadas na instalação. O não cumprimento desta etapa poderá resultar na abertura de trechos da tubulação para verificação por parte da fiscalização, e estas aberturas deverão ser fechadas novamente pela Contratada.

f) instalação física da unidade condensadora, incluindo fornecimento e fixação de suportes (com parafusos passantes se necessário). Os suportes deverão obrigatoriamente possuir pintura eletrostática, e ser adequado para o peso de cada equipamento.

g) instalação física da unidade evaporadora com adequado nivelamento e acabamento.

h) tubulação de interligação entre as unidades com alças ou suportes fixadores intermediários, se necessário.

NOTA: É proibida a instalação de linhas apoiadas em eletrocalhas, tubulações de água, esgoto e gases, forros etc. As linhas deverão possuir sua própria sustentação.

i) fiação de comunicação entre unidades evaporadora e condensadora (cabo PP no número de vias e bitola de cobre necessárias).

j) vedação do excesso do furo em alvenaria com espuma expansiva e pintura do lado externo com tinta à base d'água (na área de deslocamento de alvenaria causada pela furação).

k) teste de estanqueidade das tubulações com nitrogênio.

l) vácuo em linhas.

m) carga de gás refrigerante adicional ao que já acompanha o equipamento até que seja atingida a carga de operação, sem ônus ao Contratante (comprimentos maiores).

n) partida inicial do equipamento e observação.

o) serviços de recomposição de telhado, de alvenaria, de reboco, de pintura, de gesso ou similar, que for danificado durante a instalação.

p) adequação e/ou adaptação de forro caso o equipamento seja do tipo cassete.

q) interligação do equipamento à rede de drenagem existente ou instalar tubulação para levar o condensado do equipamento para o lado externo do prédio, ao lado da condensadora. Em casos específicos onde não seja possível utilizar tubulação em PVC, poderá ser utilizada mangueira.

r) para os locais que exigirem a confecção de suportes especiais devido à impossibilidade de fixação normalmente utilizada, ficará a cargo da Contratante executá-los.

s) O cabo de comando/força entre as unidades interna e externa já deve estar incluso no valor unitário do item "instalação", independente de variações de distância. Devem ser adequadamente dimensionados, respeitando-se as normas técnicas e recomendações dos fabricantes de acordo com a carga dos equipamentos.

NOTA: É vedada a colocação de qualquer adesivo que faça alusão à propaganda ou promoção do nome da empresa Contratada nos equipamentos da Contratante. As informações relevantes devem ser dispostas em adesivos em branco.

t) Providenciar a instalação do suporte de controle remoto ao lado do interruptor da porta da sala ou em local determinado pela fiscalização, para correta disposição do controle do equipamento.

u) Caso o equipamento seja quente-frio, deverá estar incluso a interligação do dreno da condensadora à tubulação externa de dreno da evaporadora, ficando à cargo da fiscalização o pedido para realização ou não deste.

Desinstalação de equipamento

a) Inclui a retirada da unidade evaporadora, de seu suporte, dos parafusos e buchas da parede/laje.

b) Inclui a vedação do furo de passagem da linha frigorígena com espuma expansiva (se alvenaria/gesso), reposição de telha cerâmica (se telhado), colagem de manta asfáltica (se telhado diversos) para evitar entrada de água e poeiras.

c) Recolhimento do gás refrigerante no próprio condensador do equipamento ou em cilindros com aparelho recolhedor.

d) Remoção completa da linha frigorígena, suportes, fiações, mangueiras e tubulações de dreno.

e) Retirada de condensador.

f) Retirada de suportes do condensador, parafusos e buchas.

g) Hidrojateamento simples para retirada de poeiras da condensadora e limpeza superficial da carenagem da evaporadora.

h) Transportar evaporador, condensador, suporte e linha frigorígena e demais materiais retirados até local estipulado pela Contratante, dentro de suas próprias instalações.

Carga completa de gás

a) Compreende a carga completa de gás, respeitando a massa indicada em dado de placa, variando de acordo com a capacidade do equipamento e as distâncias de instalação.

b) Deverá incluir mão de obra de preparos/procedimentos prévios e posteriores à carga de gás, como reparos de soldas em tubulação e equipamentos, pressurização da linha para localização de vazamentos, realização de vácuo para eliminação de umidade, superaquecimento, e demais atividades correlatas.

c) Solda de furos em tubulação de cobre, serpentinas e junções com vazamento também deverão estar inclusas.

d) O gás utilizado deverá possuir as seguintes características:

- R22

Densidade de vapor maior ou igual a 3,0 a 25°C (ref. Chemours, Dupont);

- R410A

Densidade de vapor maior ou igual a 4,0 a 25°C (ref. Chemours, Dupont);

- R32

Densidade de vapor de aproximadamente 1,8 a 1,9 a 25°C (ref. Chemours, Dupont);

O processo de carga, se não acompanhado, deverá ser registrado através de fotografias (massa/pressão inicial/final/dado de placa);

Deverá incluir, se necessário, a instalação de válvula tipo schrader ou válvula de serviço;

NOTA: No caso de serviços corretivos, considerar-se-á carga completa de gás sempre que for necessário inserir 75% ou mais da massa de gás total do sistema em questão.

Os serviços de "cargas parciais" por conta da Contratada deverão ser realizadas com gás refrigerante que possua as mesmas características apontadas neste item.

O processo de carga de gás deverá ser feito com balança e/ou manômetro digital de calibração recente (máximo 1 ano).

Metro adicional de tubulação

a) Compreende a instalação completa e adequada da rede frigorígena, respeitando-se sempre as recomendações do fabricante dos equipamentos.

b) As tubulações das redes frigorígenas serão sempre em tubos de cobre extrudados, sem costura. A espessura dos tubos deve ser condizente com as pressões de trabalho do gás refrigerante utilizado pelos condicionadores. Devem ser maleáveis ou rígidas, devendo estar livres de sujeira, corrosões, e obrigatoriamente tamponadas com tampões plásticos para evitar a contaminação antes do uso.

c) Sempre que indicado em manual de instruções de instalação, deverão ser utilizados sifões, junções, curvas, loopings e conexões fabricadas para unir as unidades condensadoras às evaporadoras. Estas peças deverão estar inclusas no custo do item, não podendo ser cobradas posteriormente.

NOTA: Qualquer alteração em relação ao manual de instruções só poderá ser feita se houver autorização da Contratante.

d) É fundamental que a tubulação esteja devidamente fixada com abraçadeiras ao longo de sua extensão, não excedendo a distância de 3 metros entre elas.

e) O metro adicional já contempla a instalação de isolamento térmico das tubulações, conforme descrito no item **instalação**.

f) O metro adicional também contempla o cabo de comando/força entre as unidades interna e externa, devendo ser adequadamente dimensionados, respeitando-se as normas técnicas e recomendações dos fabricantes de acordo com a carga dos equipamentos.

g) Todos os acessórios e ferramentas necessárias para a execução do metro adicional deverão ser custeadas pela Contratada.

h) Não serão aceitas emendas soldadas ou rosqueadas em trechos de tubulações que possuam menos que 15 metros (flexíveis) / 5 metros (rígidos).

i) Prazo unitário previsto de execução: Já computado no item instalação.

Tubulações para o dreno

- a) A tubulação deverá ser em PVC rígido soldável.
- b) Quando aparente, a tubulação deverá ser pintada na cor mais próxima possível ao da parede a que está encostada. A tinta utilizada deverá ter proteção UV.
- c) Cada máquina deve possuir dreno próprio, sendo vedada a utilização de dreno existente de bitola igual ou inferior a 25 mm. A exceção para junção de drenos será apenas no caso de tubulação coletora de águas pluviais com diâmetro igual ou superior a 32 mm.
- d) É fundamental que a tubulação esteja devidamente fixada com abraçadeiras ao longo de sua extensão, não excedendo a distância de um metro e meio entre elas para trechos horizontais e de dois metros para trechos totalmente verticais. É vedado o uso de joelhos nas mudanças de direção, sendo permitido o uso apenas de curvas.
- e) Não será permitido o aquecimento de tubulações para realizar curvaturas ou a criação de conexões inexistentes nos catálogos comerciais de peças sob critério de adaptação.
- f) Todas as peças, acessórios, lixa, adesivo para PVC, tinta e demais insumos para realização deste item já deverão estar inclusos no valor unitário deste.
- g) **Do sistema de drenagem:**
 - Deverá ser executado o sistema de drenagem com tubulação em PVC de no mínimo 25mm de diâmetro, encaminhando para o ponto de água pluvial mais próximo. Onde a tubulação de drenagem do condensador estiver no ambiente climatizado, esta deverá possuir isolamento térmico.
 - Isolamentos: as tubulações de retorno e de drenagem deverão ser isoladas termicamente, mediante a utilização de espuma elastomérica e termoduto, onde for o caso, de forma a não haver condensação na superfície.
- h) deverá ser feito rasgo e chumbamento da tubulação do dreno em calçadas e contrapisos, mantendo inclinação mínima para escoamento do condensado. Os trechos verticais ficarão aparentes, acompanhando a parede externa.

Fornecimento e instalação de compressor

- a) Trata-se da instalação de compressores em equipamentos de ar-condicionado tipo Split diversos, dentro dos padrões de boas práticas de instalação e recomendações do manual de instruções do fabricante.
- b) Deverá incluir a retirada do compressor antigo queimado/avariado e limpeza do local de instalação do novo compressor.
- c) Caso seja necessário a modificação da tubulação de cobre entre entrada e saída do compressor, deverá ser utilizada peças e acessórios apropriados, estando estes já inclusos no valor do item.
- d) Somente serão aceitos compressores que possuam características adequadas ao tipo do equipamento em que serão empregados e com boa eficiência.

e) Na substituição dos compressores deverá ser emitido certificado de garantia por escrito e encaminhado à Contratante constando número de série, modelo e marca do equipamento reparado. **O tempo mínimo de garantia para os compressores substituídos deverá ser de 180 dias.** No caso de qualquer problema neste período, fica a Contratada obrigada a reparar o equipamento sem nenhum custo, não sendo possível cobrar sequer o valor de manutenção corretiva. Só poderá ser cobrado algum valor caso seja constatado que o defeito é em outro componente do equipamento, e que não é decorrente da instalação/problema do compressor.

f) Em casos em que haja queima do compressor, deverá estar incluso limpeza completa da linha/evaporador com produtos adequados previamente à instalação do compressor novo.

g) Situações particulares que exigirem instalação de filtros secadores ou filtro / separador de óleo, deverão ser reportados à Contratante, e ter seus custos já incluídos no valor do item.

h) Todos os procedimentos operacionais padrões devem ser feitos durante a substituição dos compressores, respeitando-se a particularidade de cada sistema:

- Realização de limpeza química.
- Soldagem do compressor (Utilizar solda prata nas conexões com o compressor).
- Testes de estanqueidade.
- Realização de vácuo do sistema com auxílio de vacuômetros digitais.
- Superaquecimento / subresfriamento.
- Medição de corrente e tensão.
- Análise de funcionamento.
- Testes de funções (quente/frio se for o caso).
- Dentre outros recomendados.

i) Com relação ao gás refrigerante, poderá ser cobrado em conjunto valor monetário correspondente ao item "*carga completa de gás*" de acordo com o tipo de gás e capacidade do equipamento.

NOTA: Caso seja feita carga de gás e posteriormente o aparelho venha a vaziar devido à fissuras/furos não observados durante os processos anteriores, ficará a cargo do contratado repô-lo e realizar os reparos sem custos adicionais. Não serão aceitas justificativas referentes a este fato.

j) Só serão aceitos diagnósticos de queima de compressor mediante comprovação técnica presencial e/ou escrita (utilização de megômetros, multímetros, testes em contadoras, etc).

k) Nos casos em que, ao ser diagnosticado queima de compressor, forem encontradas falhas na instalação anterior (como p.e. falta de sifão, tubulação mal dimensionada etc.), a Contratante poderá pagar à Contratada para que seja feita adequação mediante o item "*metro adicional de tubulação*" previamente à substituição do compressor.

l) Somente serão aceitos compressores instalados com coxins anti-vibratórios novos, devidamente fixados na carenagem do condensador.

m) Caso os terminais de contato estejam danificados ou com sinal de desgaste, deverão ser substituídos por novos.

n) Fica a Contratada obrigada a verificar, previamente à substituição do compressor, se a fiação de alimentação do compressor é adequada àquele que será instalado. Checagem adicional deverá ser feita no disjuntor de proteção do equipamento. Fica vedada a substituição de compressores se verificado que a alimentação elétrica possui alguma característica fora dos padrões normativos e recomendações de instalação do manual do equipamento. A Contratante, neste caso, deverá providenciar a adequação elétrica antes do prosseguimento dos serviços.

Fornecimento e instalação de placa eletrônica/receptora em evaporador

- a)** Trata-se da instalação de placas em evaporador, condizentes com o modelo do equipamento.
- b)** Deverá proporcionar ao equipamento o funcionamento de todas as funções originais.
- c)** Deverá apresentar aspecto estético equivalente ao original, não sendo permitidos adaptações/modificações. No caso de impossibilidade de encontrar a referida peça em mercado (devido à descontinuação de produção), será aceito modelo similar, porém, mediante aprovação prévia da Contratante.
- d)** No caso de danos às partes móveis e fixas plásticas do equipamento durante a substituição, ficará a cargo da Contratada substituir a peça avariada sem custo ao Contratante.

Fornecimento e instalação de hélice de condensador

- a)** Trata-se da retirada da hélice danificada e instalação de hélices seguindo o modelo original do condensador e condizente com o modelo do equipamento.
- b)** Somente serão aceitas substituições de hélices cuja instalação apresente perfeito balanceamento.
- c)** A área de ventilação da hélice e o número de pás deverá proporcionar o fluxo de ar adequado ao condensador, devendo, portanto, serem respeitadas o material e o diâmetro original.
- d)** Durante a troca deve ser feita avaliação cuidadosa da serpentina do condensador, a fim de se verificar se não houve nenhum dano ou perfuração desta.

Emissão de laudo técnico de baixa patrimonial

- a)** Trata-se da emissão de um relatório técnico detalhado da condição do equipamento.
- b)** Deverá ser emitido mediante solicitação da Contratante, e seguir os moldes solicitados, contendo minimamente:
 - Fotos coloridas do equipamento, indicando os danos, o número de patrimônio, as etiquetas da evaporadora e condensadora (se ainda existirem), dentre outros.
 - Deverá possuir fotos de equipamentos de medição que comprovem sua ineficácia e/ou falta de funcionamento.
 - Deverá conter o nome completo, RG e qualificação técnica do avaliador.

- Deverá possuir assinatura do responsável técnico da empresa.
- c) Os custos de substituição de linha frigorígena também deverão ser apresentados neste laudo, seguindo-se o valor unitário dos itens correspondentes deste RP. Desta forma, a administração terá a real noção entre o valor necessário para investimento, caso opte-se por baixar o equipamento.
- d) No caso de baixa de equipamento por falta de peças de reposição, será necessário que a Contratada colete esta informação por escrito do fabricante do equipamento, e anexe ao laudo.
- e) O descarte físico do equipamento correrá por conta da Contratante, que garantirá a correta destinação dentro das leis e normas vigentes.

8. Quanto as especificações técnicas dos materiais a serem empregados

8.1. A Contratada deverá se atentar quanto às especificações técnicas dos materiais, conforme segue:

- Dos circuitos elétricos: utilizar cabos dimensionados segundo a norma NBR – 5410-ABNT, e utilizar isolamento mínimo de 0,6kV anti-chama.
- Das fixações: deverão ser utilizados fixadores apropriados para tubulação e para as unidades evaporadoras de forma a suportar as cargas estáticas, dinâmicas e minimizar as vibrações.
- Das interligações frigogênicas: as interligações entre as unidades condensadoras e evaporadoras, serão feitas por intermédio de tubo de cobre, sendo uma linha de líquido e uma de sucção para cada unidade condensadora.
- Das interligações: deverão ser feitas, logo após as sondagens, vácuo seco e verificando possíveis entradas de ar. As tubulações deverão ser presas com braçadeiras tipo “D” e isoladas com borracha para prevenir possíveis vazamentos futuros, devido as vibrações durante seu funcionamento.

8.2. A Contratada deverá atender a todas as normas internas existentes na instituição.

8.3. Caso a Contratada deseje deixar ferramentas, andaimes ou escadas nas dependências da Contratante, fica a Contratada obrigada a locar container para abrigar tais ferramentas. O local de colocação do container deverá ser submetido à avaliação da Contratante.

8.4. A instalação de parafusos, buchas, realização de furos passantes pertencentes a qualquer das atividades estabelecidas neste RP devem ser realizadas com o maior critério possível. Caso alguma tubulação de água, esgoto ou qualquer outra utilidade seja, atingido e danificado, fica a Contratada obrigada a realizar os reparos hidráulicos e civis sem qualquer ônus ao Contratante. Isso também vale para telhas cerâmicas, metálicas e cimentícias, que, no caso de quebra, deverão ser prontamente substituídas para evitar danos materiais à Contratante. Os serviços deverão ainda seguir as recomendações das boas práticas, e serem submetidos à avaliação da Contratante previamente à sua execução.

8.5. A Contratante terá plena liberdade para acompanhar os serviços parcial ou integralmente com seu corpo técnico, podendo neste processo questionar quantas vezes forem necessárias até o esclarecimento das atividades a serem executadas.

8.6. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada no que diz respeito à garantia dos serviços prestados.

8.7. A Contratada deverá, sob sua responsabilidade, capacitar seus funcionários para realização de trabalho em altura (NR-35), em eletricidade (NR-10) e, também, atender à NR 06 – Equipamento de Proteção Individual, à NR-7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, à NR-11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais, à NR-21 – Trabalhos a Céu Aberto e demais normas e legislações vigentes previstas na execução das atividades aqui propostas. Os certificados dos treinamentos NR- 10 e NR-35 e Atestados de Saúde Ocupacional dos funcionários deverão ser apresentados antes do início de prestação de serviços do Contrato, somente ficando liberado o início após a aprovação da Contratante.

8.8. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante interessado em participar do presente certame, poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim (facultativo).

8.9. A Contratada será a única responsável pelo fornecimento de todos e quaisquer equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços, como andaimes, escadas, muncks, maçaricos, EPI's, etc. A Contratada deverá possuir e apresentar declaração atestando que possui minimamente o seguinte ferramental:

- Alicates: anel elástico;
- Alicates: chato com cabo isolado;
- Alicates: de bico;
- Alicates: de corte com cabo isolado;
- Alicates: de pressão;
- Alicates: universal com cabo isolado;
- Amperímetro do tipo alicates;
- Andaime, peças e acessórios: tamanhos diversos, de acordo com NR 18 e NBR 6494;
- Anemômetro;
- Aplicador de PU/Silicone;
- Arco de serra;
- Balança digital: calibrada para pesagem de gás;
- Bomba de vácuo 7 cfm ou superior;
- Bomba para recolhimento de gás;
- Capacímetro;
- Chave catraca;
- Chave fenda, tipo Philips (isolada e convencional);
- Chave grifo;

- Conjunto para solda oxi-acetilênica (com reguladores de pressão em perfeito estado, válvula corta - Corda para uso diverso;
- Corta frio e escariador;
- Detetor de vazamentos de gases halogenados;
- Escada de alumínio tamanho diversos;
- Escova de aço;
- Extensão em cabo PP;
- Ferro de soldar;
- Flangeador;
- Furadeira de impacto
- Furadeira portátil a bateria com jogo de brocas completo;
- Indicador de sequência de fases;
- Jogo de chaves "ALLEN", "TORKS", "COMBINADA milímetro e polegada", completos;
- Jogo de chaves "SOQUETE", "PHILIPS convencional e isolada", "FENDA convencional e isolada" - Jogo de limas;
- Lâmpada com extensão;
- Lanterna LED;
- Lixadeira Angular;
- Mangueira emborrachada 50 m com conectores de engate rápido para torneira;
- Manifold Digital com duas braçadeiras termopar;
- Máquina de solda elétrica inversora;
- Máquina para limpeza de evaporadora com bolsa coletora, tipo wash clean;
- Marreta de borracha;
- Martelo convencional;
- Megômetro;
- Motobomba de alta pressão tipo lava jato 127V e 220V;
- Multímetro profissional;
- Nível eletrônico ou manual;
- Paquímetro;
- Placa de testes para equipamentos tipo inverter;
- Rebitadeira;
- Regulador de pressão para cilindros (Nitrogênio);
- Saca pinos;
- Saca polias;
- Saca-fusível NH;
- Serra-copo diversas medidas e comprimentos;
- Serrote para gesso e dry-wall;
- Sugador de soldas;
- Tacômetro digital;
- Termômetro infravermelho;
- Termômetro tipo penta;
- Tesoura manual para corte de chapa;
- Trena;
- Vacuômetro digital.

E, adicionalmente, os seguintes EPI's:

- Cinto de segurança tipo paraquedista;
- Capacete com protetor auricular e jugular;
- Conectores e mosquetões;
- Luvas de segurança;
- Óculos de segurança;
- Sapatos ou botinas de segurança;
- Talabarte com absorvedor de impacto;
- Trava quedas de cordas ou para cabo de aço;
- Uniforme.

8.10. Durante a realização das atividades propostas neste RP, independente das normas regulatórias e da forma costumeira de trabalho da Contratada, não será permitido que nenhuma norma interna da instituição seja violada, ficando a Contratante obrigada a informar a Contratada caso isto ocorra.

8.11. A Contratante poderá solicitar, a qualquer momento, documentos comprobatórios de eficiência e qualidade das peças a serem aplicadas, devendo a Contratada atender prontamente às solicitações e passar todas as informações o mais breve possível.

8.12. A fiscalização dos serviços será realizada pela Diretoria Técnica de Serviços e pela Seção de Conservação e Manutenção, que serão responsáveis por esclarecer eventuais dúvidas e que poderão recusar ou solicitar desfazer ou refazer quaisquer serviços.

8.13. A fiscalização não reduz ou isenta a Contratada da sua responsabilidade por qualquer irregularidade ou imperfeições técnicas, não implicando à Contratante corresponsabilidade.

8.14. Caso algum funcionário da Contratada possua condutas inadequadas ao serviço, desrespeite de alguma forma a fiscalização, ocupantes e circulantes nas dependências da Contratante, ou então demonstre má fé e/ou baixa qualidade nos serviços prestados, fica a Contratante desde já autorizada a solicitar a substituição imediata daquele funcionário por outro, visando garantir o bom andamento das atividades deste projeto.

8.15. Os serviços serão contratados de acordo com a necessidade da Contratante. Os relatórios apresentados pela Contratada, seguindo os valores ora registrados, poderão ser questionados a qualquer momento, até que haja o completo esclarecimento.

8.16. Após a realização de cada serviço deve ser feita a limpeza dos locais utilizados, de forma que o ambiente permaneça limpo como previamente e de forma que a sujeira e restos de materiais sejam descartados adequadamente.

8.17. A contagem do prazo de entrega terminará com o recebimento definitivo dos itens contratados. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada no que diz respeito à garantia dos serviços prestados.

8.18. O Fiscal do Contrato, após análise e aprovação do relatório apresentado pela Contratada, autorizará a emissão da Nota Fiscal.

9. ESPECIFICAÇÕES GERAIS

9.1. Todos os serviços concluídos deverão ser testados pela Contratada, sob sua responsabilidade técnica e financeira, na presença da Fiscalização, ficando a aceitação final condicionada à comprovação da efetiva realização das rotinas relativas à perfeita instalação e funcionamento dos equipamentos.

9.2. Promover periodicamente, ou sempre que for solicitada, às suas custas, vistoria em todas as áreas da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Campus de Presidente Prudente, com as seguintes finalidades:

- Verificar o funcionamento adequado dos equipamentos;
- Verificar as cargas de gases dos equipamentos;
- Verificar a higienização dos equipamentos;
- Ter ciências dos serviços que podem ser contratados.

9.3. Sempre que solicitado, a Contratada deverá apresentar relatório contendo as necessidades de intervenções no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação por parte do fiscal do Contrato.

9.4. Este relatório, após análise, poderá gerar pedido de serviço.

9.5. O fiscal do contrato organizará as Ordens de Serviço (OS) à empresa por patrimônio (ou localização da máquina) e com a descrição de todos os serviços necessários em cada máquina. Na contratação haverá o prazo máximo para realização de todos os serviços, devendo a empresa se organizar para cumprir o prazo, sujeita a penalidades.

9.6. A manutenção e/ou instalação em locais de ensino e pesquisa, ou sempre que necessário, deverão ser previamente agendados junto ao fiscal do contrato, devendo ser rigorosamente cumpridos nas datas e horários definidos junto aos solicitantes.

9.7. Os pedidos de serviços e respectivas Notas de empenho (ou documento equivalente) serão encaminhados à Contratada por e-mail, os quais deverão ser atendidos no prazo fixado na contratação, ficando certo de que a contagem do prazo para o atendimento da solicitação se inicia no recebimento do documento de formalização da contratação.

9.8. A contagem do prazo de entrega terminará com o recebimento definitivo dos itens contratados. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada no que diz respeito à garantia dos serviços prestados.

9.9. Os serviços serão contratados de acordo com os relatórios apresentados com os valores registrados em ata.

9.10. A empresa vencedora assume que se responsabilizará por toda a instalação ou manutenção solicitada:

a) Independentemente da altura a serem executados os trabalhos, sendo inclusive de responsabilidade da mesma a utilização de andaime, de acordo com as normas de segurança do trabalhador e NBR's aplicáveis, EPI's e EPC's;

b) Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante interessado em participar do presente certame, poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim (facultativo);

9.11. Todas as normas referentes à segurança dos trabalhadores prevista na legislação vigente deverão ser atendidas.

9.12. A empresa vencedora será a única responsável pelo fornecimento de todos e quaisquer equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços, como andaimes, escadas, guinchos, maçaricos, EPI's, etc.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Substituir o(s) produto(s) entregue(s) que apresentar(em) defeito(s) em até 5(cinco) dias úteis, por outro(s) de iguais constituições, ou superior(es), mantendo, no mínimo, as mesmas características dos originalmente licitados, inclusive mantendo o preço contratado ou, quando for o caso, refazer o serviço.

10.2. Atender rigorosamente aos prazos estipulados nas diversas atividades listadas nos termos e definições deste projeto, sob pena de aplicação de multa, sanção ou rescisão.

10.3. Manter sempre atualizados os canais de comunicação com a Contratante através de fornecimento de números de telefone fixo, móvel e endereços eletrônicos.

10.4. Atender todas as normas referentes à segurança dos trabalhadores prevista na legislação vigente e todas as normas técnicas correlatas às atividades desenvolvidas.

10.5. Responsabilizar-se pelo fornecimento de todos e quaisquer equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços, como andaimes, escadas, guinchos, maçaricos, EPI's, EPC's, etc.

10.6. Manter os funcionários devidamente uniformizados e identificados por crachás.

10.7. Atender a todas as normas internas existentes da Contratante.

10.8. Atender previsões editalícias, correndo por conta da proponente todas as despesas pertinentes, envolvendo, entre outras, aquelas com embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

10.9. Responsabilizar-se por todos os danos que possam vir a ocorrer nos equipamentos, se for comprovado que eles são decorrentes da inadequada prestação e realização dos serviços e/ou dos materiais e produtos utilizados, assumindo a responsabilidade de sanar todas as irregularidades, incluindo reposição dos itens danificados.

10.10. Manter-se, durante toda a execução da ata de registros de preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas de habilitação e qualificação exigidas.

11. DAS CONDIÇÕES E GARANTIA E SUPORTE

11.1. A garantia mínima para os serviços, peças e materiais constantes neste Registro de Preços deverá ser de no mínimo 90 (noventa) dias, salvo substituições/fornecimentos de compressores, que deve ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias.

11.2. Todos os serviços concluídos deverão ser testados pela Contratada, sob sua responsabilidade técnica e financeira, na presença do fiscal do contrato, ficando sua aceitação final condicionada ao bom desempenho dos equipamentos nos referidos testes.

12. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Prazo de início da entrega/execução em até **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da Nota de Empenho, Contrato ou documento equivalente.

12.2. Locais de execução dos serviços

12.2.1. Rua Roberto Simonsen, 300 – Centro Educacional – Presidente Prudente – SP.

12.2.2. Rua Roberto Simonsen, 305 – Centro Educacional – Presidente Prudente – SP.

12.2.3. Rua Shiguer Watanabe, 100 – Jardim Petrópolis – Presidente Prudente – SP.

12.2.4. Rua Dr. Cyro Bueno, 40 – Jardim Cinquentenário – Presidente Prudente – SP.

12.3. Cabe ao(s) fornecedor(es) contratado(s) observar a legislação pertinente à emissão de notas fiscais para transações que envolvam Órgãos da

Administração Pública do Estado de São Paulo, disponibilizada pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo.

13. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. O objeto será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recepção da nota fiscal/fatura representativa da prestação dos serviços pela Contratante.

13.2. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a Contratada deverá refazê-los no prazo estabelecido pelo Contratante, observando as condições estabelecidas para a prestação.

13.3. Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.4. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório ou da data de conclusão das correções efetuadas com base no disposto no Edital, uma vez verificado a execução satisfatória dos serviços, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

14. DOS RELATÓRIOS

Ao fim de cada manutenção seja ela preventiva ou corretiva a Contratada deverá entregar ao fiscal do Contrato a ficha de manutenção (Anexo 1) preenchida.

Ao fim de cada serviço, a empresa apresentará o Relatório de Manutenção Preventiva e/ou Corretiva, incluindo descrição sumária dos serviços realizados bem como imagens de cada equipamento.

O Relatório de Manutenção Preventiva e/ou Corretiva deverá ser aprovado pelo Fiscal do Contrato.

Deverá constar no Relatório de Manutenção Preventiva e/ou Corretiva as condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos consertados.

Para todos os serviços realizados a Contratada deverá apresentar relatório de serviços realizados, contendo descrição, quantidade e imagens dos serviços (antes, durante e depois) para comprovar que os serviços foram executados.

15. DA VIGÊNCIA

O Registro de Preços terá vigência por um período de 01 (um) ano, prorrogável por mais um ano.

ANEXOS

ANEXO 1

RELATÓRIO DE SERVIÇOS REALIZADO			
Marca		Potência (BTU/h)	
Local			
Patrimônio		Ordem de serviço:	
Data	__/__/__	Técnico Responsável	
Descrição dos serviços realizados:			
Marca		Potência(BTU/h)	
Local			
Patrimônio		Ordem de serviço:	
Data	__/__/__	Técnico Responsável	
Descrição dos serviços realizados:			
Marca		Potência(BTU/h)	
Local			
Patrimônio		Ordem de serviço:	
Data	__/__/__	Técnico Responsável	
Descrição dos serviços realizados:			
Marca		Potência(BTU/h)	
Local			
Patrimônio		Ordem de serviço:	
Data	__/__/__	Técnico Responsável	
Descrição dos serviços realizados:			

ANEXO 2

RELATÓRIO TÉCNICO DE INSERVIBILIDADE E PROPOSTA DE DESCARTE

Número de Patrimônio: _____

Marca/Modelo _____ Potência (BTU/h): _____

Local/Prédio: _____

DIAGNÓSTICO TÉCNICO (MOTIVAÇÃO DO DESCARTE) *(Assinalar a(s) opção(ões) pertinente(s) e descrever abaixo)*

[☐] **Inviabilidade Técnica:** O equipamento apresenta falhas estruturais ou danos em componentes vitais que impedem o retorno ao funcionamento, mesmo após intervenções.

[☐] **Inviabilidade de Peças:** Não há disponibilidade de peças de reposição no mercado (equipamento fora de linha ou fabricante descontinuado)

[☐] **Princípio da Economicidade:** O custo do reparo (peças + mão de obra) ultrapassa **50%** do valor atual do bem.

Valor estimado do reparo: R\$ _____ Valor atual do bem: R\$ _____

LAUDO TÉCNICO DETALHADO *(Descrição sucinta e técnica das falhas constatadas, anexar fotos se possível)*

CONCLUSÃO E PARECER Diante da análise técnica realizada, conclui-se que o equipamento se encontra **inservível** para o uso desta unidade, recomendando-se baixa patrimonial e descarte

Data: ____/____/____

Assinatura do Técnico Responsável

Assinatura do Fiscal do Contrato

ESP-UNESP-FAC. DE CIENC. E TECNOL-C.PRES.PRUD

Estudo Técnico Preliminar 29/2026

1. Informações Básicas

Número do processo:/2026

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Campus de Presidente Prudente quanto à manutenção das condições adequadas de funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado instalados nas dependências da unidade.

Os equipamentos de climatização são amplamente utilizados em salas de aula, laboratórios, setores administrativos, auditórios e demais ambientes da instituição, contribuindo diretamente para o conforto térmico de alunos, servidores e usuários, bem como para a preservação de equipamentos e o adequado desenvolvimento das atividades acadêmicas, administrativas e de pesquisa.

Considerando o uso contínuo desses equipamentos, torna-se necessária a realização periódica de serviços de manutenção preventiva, com o objetivo de garantir a eficiência operacional, reduzir o risco de falhas e prolongar a vida útil dos aparelhos. Da mesma forma, eventuais falhas ou defeitos demandam a execução de serviços de manutenção corretiva, além da eventual substituição de peças e componentes, a fim de restabelecer o pleno funcionamento dos equipamentos.

Adicionalmente, em razão de mudanças de layout, remanejamento de setores e substituição de equipamentos, há a necessidade recorrente de serviços de instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado, os quais devem ser executados por empresa especializada, com mão de obra qualificada e utilização de ferramentas e procedimentos adequados.

Diante da natureza variável das demandas ao longo do exercício, bem como da necessidade de atendimento sob demanda, a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, permitindo à Administração realizar as contratações conforme a necessidade, de forma mais eficiente, econômica e sem a obrigatoriedade de contratação imediata da totalidade estimada.

Assim, a contratação de empresa especializada para a prestação dos referidos serviços mostra-se necessária para assegurar a continuidade das atividades institucionais, a adequada conservação dos equipamentos de climatização e a manutenção de condições adequadas de conforto térmico nos ambientes da unidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria Técnica de Serviços	Alexandre Monteiro Gimenez

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá contemplar empresa especializada na prestação de serviços de instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado, bem como o fornecimento e a instalação de

peças necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos instalados nas dependências da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Campus de Presidente Prudente.

A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto da contratação, dispondo de profissionais qualificados e devidamente treinados para a execução dos serviços, observando as normas técnicas aplicáveis, as recomendações dos fabricantes dos equipamentos e a legislação vigente.

Não será exigida garantia contratual prevista no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que os serviços possuem natureza comum, execução sob demanda e baixo risco financeiro para a Administração, além de não envolverem alta complexidade técnica ou vulto econômico significativo que justifique a imposição da garantia. A medida também visa ampliar a competitividade do certame, evitando restrições desnecessárias à participação de empresas.

Não haverá exigência de vistoria técnica prévia, tendo em vista que o objeto possui características comuns e rotineiras de mercado, sendo suficientes as informações constantes no Termo de Referência para elaboração das propostas. A medida visa ampliar a competitividade do certame e evitar custos adicionais desnecessários às licitantes. Eventuais particularidades dos locais de execução poderão ser verificadas pela contratada no momento da prestação dos serviços, sem prejuízo ao adequado cumprimento das obrigações contratuais.

Será exigida a comprovação de que a empresa dispõe de profissionais e/ou equipe técnica qualificada para a execução dos serviços, considerando a necessidade de manuseio adequado dos equipamentos de climatização, execução segura das instalações e manutenções, além da observância das normas técnicas e de segurança aplicáveis. Tal exigência visa assegurar a adequada prestação dos serviços, reduzir riscos de falhas operacionais e evitar danos ao patrimônio público.

Os serviços deverão ser executados mediante solicitação da Administração, conforme a necessidade da unidade, considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, possibilitando o atendimento das demandas de forma parcelada e sob demanda durante a vigência da ata.

Entre os requisitos mínimos da contratação, destacam-se:

- Execução dos serviços por profissionais capacitados e com experiência em manutenção e instalação de sistemas de climatização;
- Utilização de ferramentas, equipamentos e materiais adequados à execução dos serviços;
- Atendimento às normas técnicas e de segurança aplicáveis, incluindo boas práticas de manutenção e manipulação de equipamentos de climatização;
- Fornecimento de peças de reposição novas, compatíveis com os equipamentos e de qualidade equivalente ou superior às originais, quando necessário;
- Garantia dos serviços executados e das peças eventualmente fornecidas;
- Atendimento às solicitações da Administração dentro de prazos compatíveis com a natureza do serviço solicitado.

Além disso, a empresa contratada deverá observar as normas de segurança do trabalho, legislação ambiental aplicável e demais regulamentos pertinentes, garantindo que a execução dos serviços não cause riscos aos usuários das instalações nem prejuízos ao patrimônio público.

A contratação deverá assegurar a prestação dos serviços com qualidade, eficiência e segurança, garantindo a adequada conservação e funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado utilizados pela unidade.

Será exigido atestado de capacidade técnica a fim de que a Administração possa assegurar-se de que a empresa detém qualificação técnico-profissional e técnico-operacional para a execução de contratações similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado. Isso reduz o risco de inexecução contratual e entrega de serviços com qualidade deficiente ou fora do prazo.

A contratação deverá contemplar empresa especializada na prestação de serviços de instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado, bem como o fornecimento e a instalação de peças necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos instalados nas dependências da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Campus de Presidente Prudente.

5. Levantamento de Mercado

Para atendimento da necessidade identificada, foi realizado levantamento de mercado visando identificar possíveis soluções disponíveis para a prestação de serviços de instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado, bem como o fornecimento e instalação de peças necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos.

Foram analisadas as seguintes alternativas:

1. Execução dos serviços por equipe própria da Administração

Essa alternativa consistiria na realização dos serviços por servidores da própria instituição. Entretanto, a unidade não dispõe de quadro técnico especializado, equipamentos específicos ou estrutura necessária para a execução adequada das atividades de manutenção e instalação de sistemas de climatização. Além disso, a formação de equipe própria demandaria contratação de profissionais especializados, aquisição de ferramentas e capacitação técnica, o que tornaria a solução menos eficiente e mais onerosa para a Administração.

2. Contratação individualizada por demanda

Outra possibilidade seria a realização de contratações pontuais sempre que surgisse a necessidade de instalação ou manutenção de aparelhos de ar-condicionado. Contudo, essa alternativa poderia gerar maior morosidade nos atendimentos, além de demandar a abertura de diversos processos de contratação ao longo do exercício, aumentando a carga administrativa e dificultando o atendimento ágil das demandas.

3. Contratação de empresa especializada por meio do Sistema de Registro de Preços

Essa alternativa consiste na realização de procedimento licitatório para registro de preços visando à contratação de empresa especializada para prestação dos serviços, com fornecimento de peças quando necessário, permitindo à Administração solicitar os serviços conforme a demanda ao longo da vigência da ata.

Essa solução apresenta maior eficiência administrativa, pois possibilita a contratação sob demanda, maior agilidade no atendimento das necessidades da unidade, além de permitir melhor planejamento e racionalização dos recursos públicos.

Conclusão

Diante da análise realizada, verifica-se que a contratação de empresa especializada por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se a alternativa mais adequada para atender às necessidades da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Campus de Presidente Prudente, uma vez que proporciona maior flexibilidade na execução dos serviços, eficiência administrativa, economicidade e atendimento tempestivo das demandas relacionadas aos aparelhos de ar-condicionado da unidade.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado, bem como o fornecimento e instalação de peças necessárias ao adequado funcionamento dos equipamentos existentes nas dependências da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Campus de Presidente Prudente.

A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, possibilitando que a Administração solicite os serviços conforme a necessidade, durante a vigência da ata, sem a obrigatoriedade de contratação imediata da totalidade estimada.

A solução contempla a execução de serviços de manutenção preventiva, visando à conservação e ao bom desempenho dos equipamentos, por meio de procedimentos periódicos como limpeza, verificação de componentes, testes de funcionamento e demais atividades recomendadas pelos fabricantes. Também abrange serviços de manutenção corretiva, destinados à identificação e correção de falhas ou defeitos que possam comprometer o funcionamento dos aparelhos.

Adicionalmente, a solução inclui serviços de instalação e desinstalação de equipamentos de ar-condicionado, considerando eventuais necessidades de remanejamento, substituição ou ampliação de equipamentos nas dependências da unidade.

Quando necessário, a contratada também deverá realizar o fornecimento e a instalação de peças de reposição compatíveis com os equipamentos existentes, garantindo o restabelecimento das condições adequadas de funcionamento.

Dessa forma, a solução proposta visa assegurar a continuidade do funcionamento dos sistemas de climatização da unidade, contribuindo para a manutenção de condições adequadas de conforto térmico nos ambientes institucionais e para o adequado desenvolvimento das atividades acadêmicas, administrativas e de pesquisa.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada considerando o quantitativo aproximado de aparelhos de ar-condicionado instalados nas dependências da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Campus de Presidente Prudente, bem como a necessidade de manutenção periódica e eventuais intervenções corretivas ao longo do período de vigência da futura Ata de Registro de Preços.

Atualmente, estima-se que a unidade possua aproximadamente 1.000 (mil) aparelhos de ar-condicionado instalados em salas de aula, laboratórios, setores administrativos, auditórios e demais ambientes institucionais.

Para fins de planejamento da contratação, foram considerados os seguintes critérios técnicos e operacionais:

- A necessidade de manutenção preventiva periódica, visando garantir o bom funcionamento dos equipamentos, melhorar sua eficiência e prolongar sua vida útil;
- A ocorrência de manutenções corretivas, decorrentes de falhas, desgaste natural de componentes ou problemas operacionais;
- A necessidade eventual de instalação e desinstalação de equipamentos, em razão de remanejamento de setores, substituição de aparelhos ou adequações de ambientes;
- A eventual substituição de peças e componentes, necessária para restabelecimento das condições adequadas de funcionamento dos equipamentos.

Considerando a quantidade de equipamentos existentes na unidade e a experiência administrativa relacionada à manutenção desses sistemas de climatização, estima-se que parte significativa dos aparelhos demandará algum tipo de intervenção ao longo da vigência da contratação.

Assim, para fins de estimativa e planejamento da contratação, adotou-se como parâmetro a possibilidade de atendimento de serviços em parcela representativa do parque instalado de equipamentos, contemplando manutenções preventivas, corretivas e eventuais serviços de instalação e desinstalação.

Ressalta-se que, em razão da natureza variável e imprevisível das demandas, a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, o que possibilita à Administração solicitar os serviços conforme a necessidade, sem obrigatoriedade de contratação da totalidade das quantidades estimadas.

Dessa forma, as quantidades estimadas têm caráter meramente referencial, destinadas ao planejamento da contratação e à formação de preços, podendo as solicitações ocorrer de forma parcelada, de acordo com as necessidades da unidade durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.165.180,00

A estimativa do valor da contratação foi realizada por meio de pesquisa de preços junto a empresas especializadas na execução de serviços de manutenção de cobertura e drenagem pluvial, compatíveis com as necessidades do Ginásio de Esportes e da Piscina Coberta da Área Norte da FCT/UNESP.

Para obtenção do valor estimado, foram solicitados orçamentos contemplando mão de obra, materiais, equipamentos, transporte, encargos e demais custos necessários para a execução integral dos serviços. Após o recebimento das propostas, os valores foram analisados quanto à compatibilidade com o objeto pretendido e com os preços praticados no mercado.

A definição do valor estimado considerou a média dos orçamentos válidos apresentados, adotando-se critério que assegura maior confiabilidade à estimativa e observância aos princípios da economicidade e da vantajosidade para a Administração Pública.

Os orçamentos utilizados na composição da estimativa poderão ser anexados ao processo administrativo como documentos comprobatórios da pesquisa de preços realizada.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos da legislação vigente, a Administração deve avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto sempre que tal medida for técnica e economicamente viável, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a participação de um maior número de fornecedores.

No presente caso, o objeto da contratação consiste na prestação de serviços de instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado, bem como no eventual fornecimento e instalação de peças necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos.

Embora o objeto envolva diferentes tipos de serviços, verifica-se que todos estão diretamente relacionados à manutenção e operação de sistemas de climatização, possuindo natureza técnica semelhante e exigindo mão de obra especializada na mesma área de atuação.

Dessa forma, a execução dos serviços por uma única empresa contratada tende a proporcionar maior eficiência na gestão contratual, melhor padronização dos procedimentos de manutenção e maior agilidade no atendimento das demandas da Administração.

Além disso, a eventual divisão do objeto em múltiplos contratos poderia gerar dificuldades operacionais, como a necessidade de coordenação entre diferentes empresas, possíveis conflitos de responsabilidade na execução dos serviços e aumento da complexidade na fiscalização contratual.

Ressalta-se ainda que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, o que já possibilita o atendimento das demandas de forma parcelada ao longo da vigência da ata, conforme a necessidade da Administração.

Diante do exposto, conclui-se que não se mostra técnica e economicamente vantajoso o parcelamento do objeto, sendo mais adequado que os serviços sejam contratados de forma integrada, por uma única empresa especializada, garantindo maior eficiência, padronização e facilidade na gestão e fiscalização do contrato.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para a execução do objeto proposto, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à viabilização da presente contratação.

Os serviços de instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado, bem como o eventual fornecimento e instalação de peças, podem ser executados de forma independente por empresa especializada, não havendo necessidade de contratação prévia ou concomitante de outros serviços ou fornecimentos para sua adequada realização.

Ressalta-se, contudo, que os serviços objeto desta contratação poderão ocorrer em ambientes que eventualmente estejam passando por adequações ou manutenções prediais, tais como reformas, intervenções elétricas ou reorganização de espaços físicos. Nesses casos, poderá haver apenas compatibilização operacional com outras atividades de manutenção predial realizadas pela unidade, sem que isso caracterize dependência contratual.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação não possui contratações correlatas ou interdependentes que condicionem sua execução.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está alinhada às necessidades institucionais da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Campus de Presidente Prudente, no que se refere à manutenção da infraestrutura predial e ao adequado funcionamento dos equipamentos utilizados nas atividades acadêmicas e administrativas da unidade.

Os serviços de instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado são essenciais para garantir condições adequadas de conforto térmico nos ambientes institucionais, contribuindo para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas.

Nesse sentido, a contratação encontra-se em consonância com as ações de manutenção e conservação da infraestrutura da unidade, que visam assegurar a adequada utilização e preservação dos bens públicos, bem como a continuidade das atividades institucionais.

Além disso, a contratação está alinhada ao planejamento administrativo da unidade, uma vez que a manutenção dos sistemas de climatização integra o conjunto de ações voltadas à gestão e manutenção das instalações físicas do campus.

Assim, a contratação pretendida contribui para o atendimento das demandas institucionais e para a melhoria das condições de trabalho e estudo nos ambientes da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Campus de Presidente Prudente.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado, bem como o fornecimento e instalação de peças, proporcionará diversos benefícios à Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Campus de Presidente Prudente.

Entre os principais benefícios esperados, destacam-se:

Garantia do adequado funcionamento dos equipamentos de climatização, assegurando condições adequadas de conforto térmico nos ambientes institucionais;

Melhoria das condições de trabalho e estudo para servidores, alunos e demais usuários das instalações da unidade;

Aumento da vida útil dos equipamentos, por meio da realização de manutenções preventivas periódicas e intervenções corretivas adequadas;

Redução da ocorrência de falhas e paralisações dos equipamentos, contribuindo para a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas;

Maior eficiência na gestão e manutenção da infraestrutura da unidade, com atendimento das demandas de forma organizada e planejada;
Agilidade no atendimento das necessidades da Administração, considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, permitindo a solicitação dos serviços conforme a demanda;
Racionalização do uso de recursos públicos, por meio da manutenção adequada dos equipamentos existentes, evitando gastos maiores com substituições prematuras.

Dessa forma, a contratação contribuirá para a adequada conservação dos equipamentos de climatização, para a melhoria das condições ambientais nos espaços institucionais e para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas da unidade.

13. Providências a serem Adotadas

Para a adequada implementação da solução proposta, a Administração deverá adotar algumas providências previamente à formalização da contratação, visando garantir a correta execução e fiscalização dos serviços.

Entre as principais providências, destacam-se:

Elaboração do Termo de Referência, contendo a descrição detalhada do objeto, especificações técnicas, critérios de execução dos serviços, forma de medição e pagamento, bem como as obrigações da contratada;
Realização do procedimento licitatório, visando à formação de Ata de Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação dos serviços objeto deste estudo;
Designação de servidor(es) responsável(is) pela gestão e fiscalização da ata e dos futuros contratos dela decorrentes, conforme estabelecido na legislação vigente;
Organização e atualização do levantamento dos equipamentos de ar-condicionado existentes na unidade, incluindo, sempre que possível, informações como localização, capacidade e estado de conservação dos aparelhos;
Definição de rotinas internas para solicitação e acompanhamento dos serviços, a fim de garantir maior controle e eficiência na execução das demandas.

Adotadas essas providências, a Administração estará apta a realizar a contratação e acompanhar adequadamente a execução dos serviços, garantindo o atendimento das necessidades da unidade.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A execução dos serviços de instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado pode gerar alguns impactos ambientais, especialmente relacionados ao manuseio de gases refrigerantes, descarte de peças e componentes substituídos, bem como à geração de resíduos provenientes das atividades de manutenção.

Entre os possíveis impactos ambientais associados à execução dos serviços, destacam-se:

Manuseio de gases refrigerantes, que, quando liberados de forma inadequada, podem causar impactos ao meio ambiente;
Geração de resíduos sólidos, tais como filtros, tubulações, peças e componentes substituídos durante as manutenções;
Eventual geração de resíduos provenientes da limpeza dos equipamentos, como poeira e impurezas retiradas dos sistemas de climatização.

Dessa forma, a empresa contratada deverá adotar boas práticas ambientais durante a execução dos serviços, observando a legislação ambiental vigente e adotando procedimentos adequados para o manuseio e descarte de resíduos eventualmente gerados.

Entre as medidas que deverão ser observadas, destacam-se:

Realização do manuseio adequado dos gases refrigerantes, evitando sua liberação no ambiente;
Destinação ambientalmente adequada dos resíduos e peças substituídas, em conformidade com a legislação

aplicável;

Utilização de procedimentos que minimizem impactos ambientais durante a execução dos serviços.

Assim, a adoção dessas práticas contribui para a redução dos impactos ambientais decorrentes das atividades de manutenção dos equipamentos de climatização, garantindo que os serviços sejam executados de forma responsável e em conformidade com as normas ambientais aplicáveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação pretendida é tecnicamente necessária e administrativamente viável para atender às demandas da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Campus de Presidente Prudente. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada, pois possibilita a execução dos serviços conforme a necessidade da Administração, garantindo maior eficiência na manutenção dos equipamentos de climatização.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEXANDRE MONTEIRO GIMENEZ

Diretor Técnico de Serviço



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 11:28:54.

PORTARIA UNESP Nº 135 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

Regulamenta a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da UNESP.

O Reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, com fundamento nos incisos I, II e XXI do Artigo 34 do Estatuto da UNESP, cumulado com o inciso III do Artigo 24 do Regimento Geral da UNESP e em face do disposto no Capítulo IV do Título III e no Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº 14.133/2021, expede a seguinte Portaria:

Capítulo I Das Disposições Preliminares

Artigo 1º - Esta Portaria regulamenta o procedimento de apuração de infrações e a aplicação de sanções administrativas às licitantes e contratadas, decorrentes das hipóteses previstas no Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP.

Capítulo II Das Definições

Artigo 2º - Sem prejuízo das definições contidas no Art. 6º Lei Federal nº 14.133/2021, para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

I – Multa compensatória: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações na condição de licitante ou contratada, com a finalidade de compensar a Administração pelo dano que lhe é causado pela ocorrência das infrações listadas ou de alguma cláusula especial, conforme previsto no contrato.

II - Multa contratual: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

III – Multa de mora: aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

IV – Entrega imediata: aquela com prazo de entrega ou execução de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento ou de execução.

V – Valor ínfimo ou insuficiente: aquele cuja apuração para aplicação da multa se revele incapaz de fazer frente aos custos administrativos despendidos para operacionalização do procedimento sancionatório, assim considerados aqueles inferiores a 10 (dez) UFESPs.

VI – Instrumento equivalente: instrumento contratual simplificado avençado sob a forma de Carta-Contrato; Autorização de Fornecimento (AF); Nota de Empenho (NE); Purchase Order (PO); Apólice de Seguro; ou outro instrumento hábil específico emitido pela Universidade com essa mesma finalidade.

Capítulo III **Das Infrações**

Artigo 3º - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas ações e omissões de sua parte que resultem na extinção ou na nulidade do contrato administrativo e pelas seguintes infrações, previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Capítulo IV
Das Sanções
Seção I
Das Espécies de Sanções

Artigo 4º - Em caso de incidência das infrações previstas no Art. 3º desta Portaria, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas abaixo, conforme disposto no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º Na aplicação das sanções serão considerados:

1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

2 - as peculiaridades do caso concreto;

3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§2º A aplicação das sanções ao licitante ou contratado não afasta a incidência de eventual composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência. A diferença de preços verificada na efetivação de uma nova contratação feita no mercado, serão consideradas como perdas e danos, a serem ressarcidos à Administração, descontados os valores correspondentes às multas já aplicadas e efetivamente pagas.

§3º Havendo a recusa do material ou do serviço, por parte da Universidade, a contratada deverá, no prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 (quinze) dias úteis - contados do recebimento da notificação da recusa - substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, sob pena de restar caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto contratado, com a consequente aplicação das sanções previstas nesta Portaria.

§4º Nas sanções que resultem em impedimento temporal, a duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela

resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade, observados os limites temporais fixados na Lei Federal nº 14.133/2021.

Seção II

Da Sanção de Advertência

Artigo 5º - A sanção de advertência será aplicável nos casos em que haja a inexecução parcial do contrato, conforme inciso I do Art. 4º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Seção III

Da Sanção de Multa

Artigo 6º - A sanção de multa será aplicável, de forma individual ou cumulada com outra sanção, por qualquer das infrações previstas no Artigo 3º desta Portaria, conforme as seguintes espécies e percentuais:

I - Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos IV, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

II - Multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor da proposta na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos V e VI do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

III - Multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor não executado do contrato na ocorrência das infrações previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, durante a fase execução do contrato.

IV - Multa contratual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na hipótese de ocorrência da infração prevista no inciso VII do Art. 3º desta Portaria, acrescida de multa de mora, conforme as seguintes hipóteses:

a) Multa de mora de 0,3% (três décimos por cento), calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso no fornecimento de materiais e serviços;

b) Multa de mora de 0,4% (quatro décimos por cento) calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso na execução de obras e serviços de engenharia.

§1º Para o cálculo das multas de mora previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso IV deste artigo, deverá ser adotado o método de acumulação simples, que significa a mera multiplicação da taxa diária pelo número de dias de atraso e pelo valor correspondente à obrigação não cumprida.

§2º As multas previstas no artigo 6º são autônomas e a aplicação de uma não exclui a incidência das outras, devendo sempre serem calculadas sobre os valores contratuais reajustados, desde que conste do termo de contrato a cláusula de reajuste.

§3º A somatória da multa contratual com a multa de mora calculada na forma deste artigo não poderá ser inferior a 10 UFESPs e nem exceder a 30% (trinta por cento) do valor contratado.

§4º Nos casos em que o atraso incorrido pela contratada resultar em valor de multa ínfimo ou que não seja suficiente para fazer frente aos custos administrativos despendidos para a operacionalização do procedimento sancionatório, poderá a autoridade competente, em despacho escrito e fundamentado no processo, converter a aplicação da multa em advertência.

§5º As multas, aplicadas após o regular processo administrativo, serão:

- 1 – Descontadas da garantia do respectivo contrato ou instrumento equivalente;
- 2 – Compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, devidamente executados e atestados pela fiscalização designada para a contratação;
- 3 – Cobradas administrativamente, caso seu valor for superior à soma dos totais dispostos nos incisos I e II deste parágrafo.
- 4 – Cobradas judicialmente, caso o valor atualizado ultrapassar 300 (trezentas) UFESPs e a cobrança administrativa seja infrutífera.

§6º Na hipótese do pagamento das multas através do inciso III do §5º deste artigo, incidirá correção monetária diária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer, com base na variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, ou índice que venha substituí-la.

§7º No caso de a aplicação das multas estabelecidas em contratos e de mora, somadas, extrapolarem 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, a Autoridade Competente deverá imediatamente promover a rescisão unilateral por inexecução contratual, salvo quando houver justificativa formal e fundamentada da vantajosidade da manutenção da contratação para a Administração.

§8º A aplicação das multas previstas nos Incisos III, IV, V, VII do caput deste artigo, nos casos de fornecimento de material ou serviços, se dará observada as seguintes condições:

1 - Após o prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, salvo na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados.

2 - A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

3 - A contagem dos prazos de execução dos contratos será efetuada utilizando-se dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente ao do início da vigência do contrato ou da ordem escrita de início da sua execução, ou ainda do efetivo recebimento, por qualquer meio, do instrumento equivalente pelo contratado, devendo o comprovante de recebimento integrar o processo.

§9º O pedido de prorrogação de prazo final para a execução de obra, serviços ou entrega de material somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos de execução ou fixados no contrato ou instrumento equivalente, e quando aprovado, suspende a incidência de multas. O prazo para protocolo do pedido de prorrogação prazo previsto neste artigo será de no mínimo 15 (quinze) dias úteis quando não fixado no Edital ou no Contrato.

Seção IV

Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 7º - A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista no inciso III do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 3º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Parágrafo único - A duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade.

Seção V

Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 8º - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 3º desta Portaria, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V,

VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Art. 7º desta Portaria, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Seção VI

Disposições Gerais para o Procedimento de Aplicação de Sanções

Artigo 9º - À licitante ou contratada será garantido o contraditório e a ampla defesa contra a aplicação das sanções definidas no Art. 4º, exercidos por intermédio de manifestações e recursos, nos prazos dispostos nos Artigos 157, 158, 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Artigo 10 - No procedimento para aplicação de sanções, serão observados os seguintes termos:

I - Nenhum prazo de defesa ou recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vistas franqueadas ao interessado.

II - As sanções previstas nesta Portaria poderão ser alteradas ou extintas pela própria Autoridade Competente que as aplicou, ou pela Autoridade Superior a esta, mediante ato fundamentado baseado na análise técnica da defesa e/ou recurso tempestivo apresentados pela licitante ou contratada.

III - A Autoridade Competente, após oitiva da Assessoria Jurídica, poderá celebrar Acordo de Leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas, conforme expressa previsão do Art. 17 da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

IV - A extinção da aplicação das sanções previstas nesta Portaria não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano comprovadamente causado à Administração, observada a possibilidade da sua composição ocorrer no âmbito de Acordo Administrativo nos termos do Art. 9º do Decreto Federal n. 9.830/2019.

V - Para a extinção das sanções previstas nos Arts. 7º e 8º desta Portaria, deverá ser lavrado Termo de Compromisso disposto no artigo 26 do Decreto-lei Federal n. 4.657/1942, modificada pela Lei n. 13.655/2018 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), observando os requisitos para sua operacionalização previsto no artigo 10 do Decreto Federal n. 9.830/2019 que o regulamenta.

Seção VII

Do Processo Administrativo para Aplicação de Sanções

Artigo 11 - A aplicação das sanções previstas nos Arts. 5º, 6º, 7º e 8º desta Portaria será processada pelo órgão contratante, através de processo administrativo e do Sistema e-Sanções, conforme legislação vigente.

Parágrafo único - O processo administrativo sancionatório observará o disposto nos artigos 62 a 64 da Lei Estadual n. 10.177/1998, ou outra norma estadual que venha a substituí-la.

Seção VIII

Dos Cadastros e Comunicações

Artigo 12 - Na ocorrência do inadimplemento do pagamento da penalidade prevista no artigo 6º desta Portaria, a contratada será inscrita no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - Cadin Estadual, obedecendo ao disposto contido em legislação específica, sem prejuízo da ação judicial de cobrança.

Artigo 13 - No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação das sanções previstas nos artigos 7º e 8º, deverão ser informados e mantidos atualizados os dados relativos às sanções aplicadas pela UNESP no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único - As sanções aplicadas pela Universidade serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em atendimento ao artigo 174, inciso I da Lei nº 14.133/2021, mediante a remessa de dados via integração de sistemas ou outros meios disponíveis para a finalidade.

Artigo 14 - Quando tratar-se das penalidades previstas nos Artigos 7º e 8º, a contratada será incluída na relação de "Apenados" do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Capítulo V

Das Disposições Finais

Artigo 15 - Os instrumentos convocatórios e todos contratos e instrumentos equivalentes deverão fazer referência à presente Portaria, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 16 - As medidas complementares a esta Portaria serão definidas através de Instruções Normativas e demais normas procedimentais a serem baixadas pela Pró Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão – PROPEG.

Artigo 17 – Permanecem regidos pela Portaria UNESP nº 6, de 13 de janeiro de 2021 as licitações, dispensas, inexigibilidades, contratos ou instrumentos equivalentes realizados ou celebrados sob a égide da Lei nº 8.666/93 ou da Lei 10.520/2002.

Artigo 18 - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

(Processo nº 1723/2021-RUNESP)

A handwritten signature in black ink, appearing to read "P. Barretti", is positioned to the left of the digital signature information.

Assinado de forma
digital por PASQUAL
BARRETTI:03443039855
Dados: 2023.12.20
13:52:58 -03'00'

PASQUAL BARRETTI
Reitor

TIMBRE DA EMPRESA

ANEXO III

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND DE MEDIDA	QTD TOTAL	VL UNIT R\$	VL TOTAL R\$
Ú N I C O	1	Instalação split 9.000 a 18.000 BTU/h	Unid.	90		
	2	Metro adicional linha frigorígena 9.000 a 18.000 BTU/h	Metro	250		
	3	Instalação split 18.001 a 35.999 BTU/h	Unid.	65		
	4	Metro adicional linha frigorígena 18.001 a 35.999 BTU/h	Metro	280		
	5	Instalação split 36.000 a 60.000 BTU/h	Unid.	35		
	6	Metro adicional linha frigorígena 36.000 a 60.000 BTU/h	Metro	280		
	7	Desinstalação split 9.000 a 18.000 BTU/h	Unid.	100		
	8	Desinstalação split 18.001 a 35.999 BTU/h	Unid.	70		
	9	Desinstalação split 36.000 a 60.000 BTU/h	Unid.	40		
	10	Instalação/realocação de dreno até 10 metros	Unid.	200		
	11	Manutenção preventiva split	Unid.	400		
	12	Carga de gás 9.000 a 18.000 BTU/h	Unid.	40		
	13	Carga de gás 18.001 a 35.999 BTU/h	Unid.	20		
	14	Carga de gás 36.000 a 60.000 BTU/h	Unid.	10		
	15	Compressor 9.000 a 18.000 BTU/h instalado	Unid.	20		
	16	Compressor 18.001 a 35.999 BTU/h instalado	Unid.	10		
	17	Compressor 36.000 a 60.000 BTU/h instalado	Unid.	10		
	18	Placa condensadora convencional	Unid.	30		
	19	Placa condensadora inverter	Unid.	30		
	20	Placa evaporadora convencional	Unid.	50		
	21	Placa evaporadora inverter	Unid.	50		
	22	Placa receptora evaporadora	Unid.	5		
	23	Moto ventilador condensadora 9.000 a 18.000 BTU/h	Unid.	20		
	24	Moto ventilador condensadora 18.001 a 35.999 BTU/h	Unid.	10		
	25	Moto ventilador condensadora 36.000 a 60.000 BTU/h	Unid.	10		
	26	Motor turbina evaporadora 9.000 a 18.000 BTU/h	Unid.	10		
	27	Motor turbina evaporadora 18.001 a 35.999 BTU/h	Unid.	5		
	28	Motor turbina evaporadora 36.000 a 60.000 BTU/h	Unid.	5		
	29	Turbina evaporadora 9.000 a 18.000 BTU/h	Unid.	20		
	30	Turbina evaporadora 18.001 a 35.999 BTU/h	Unid.	10		
	31	Turbina evaporadora 36.000 a 60.000 BTU/h	Unid.	10		
	32	Hélice ventilador condensadora	Unid.	40		
	33	Contatora condensadora	Unid.	10		
	34	Serpentina condensadora 9.000 a 18.000 BTU/h	Unid.	5		
	35	Serpentina condensadora 18.001 a 35.999 BTU/h	Unid.	5		
	36	Serpentina condensadora 36.000 a 60.000 BTU/h	Unid.	5		
	37	Sensor de degelo	Unid.	10		
	38	Sensor de temperatura	Unid.	10		
	39	Chave termostato ou seletora	Unid.	5		
	40	Válvula de serviço 9.000 a 18.000 BTU/h	Unid.	10		
	41	Válvula de serviço 18.001 a 60.000 BTU/h	Unid.	10		
	42	Controle remoto original/universal	Unid.	30		
	43	Capacitor compressor	Unid.	40		
	44	Capacitor motor ventilador	Unid.	40		
	45	Capacitor motor turbina	Unid.	10		
	46	Substituição flange + carga gás	Unid.	30		
	47	Solda tubulação para microfuros	Unid.	20		
	48	Eletrocalha galvanizada 150x50 com tampa	Metro	85		

TIMBRE DA EMPRESA

	49	Canaleta PVC 60 mm com acessórios	Metro	70		
	50	Canaleta PVC 80 mm com acessórios	Metro	130		

Observação: Na cotação deverão estar inclusos, além do lucro, todos os custos diretos ou indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do contrato.

DADOS DA PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:.....

CNPJ:.....

ENDEREÇO COMPLETO:.....

TELEFONE:.....

NOME DO RESPONSÁVEL PARA CONTATO:.....

NOME E CPF DO SÓCIO MAJORITÁRIO DA EMPRESA:.....

E-MAIL:.....

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: Conforme consta no Termo de Referência – Rua Roberto Simonsen, 305 – Centro Educacional – Presidente Prudente – SP.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: À VISTA, EM 30 DIAS CONTADOS DO RECEBIMENTO DEFINITIVO, EXCLUSIVAMENTE MEDIANTE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE DO **BANCO DO BRASIL S/A**:

AG: _____ **C/C** _____

Declaro que tomei conhecimento do cronograma de entrega e demais especificações exigidas no Termo de Referência e que os materiais ofertados atendem plenamente ao solicitado.

Data

Empresa/assinatura

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" – UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.....
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2026-FCT

A Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP por intermédio da Faculdade de Ciências e Tecnologia do Campus de Presidente Prudente, com sede na Rua Roberto Simonsen, nº 305, Centro Educacional – CEP 19060-900, Presidente Prudente/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada pelo (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/.....] nº, de de de 202..., publicado(a) no DOE de de de, [portador(a) da identificação funcional nº], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo nº 842/2026-FCT, resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), c/c o [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, DE DESINSTALAÇÃO, DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E DE FORNECIMENTO E DE INSTALAÇÃO DE PEÇAS EM APARELHOS DE AR-CONDICIONADO, NAS DEPENDÊNCIAS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNESP – CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº 90031/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: (nome empresarial ou denominação)

CNPJ:

Endereço,:

Telefone:

Email:

Representante/responsável para contato:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND DE MEDIDA	QTD TOTAL	VL UNIT R\$	VL TOTAL R\$
1	Instalação split 9.000 a 18.000 BTU/h	Unid.	90		
2	Metro adicional linha frigorígena 9.000 a 18.000 BTU/h	Metro	250		
3	Instalação split 18.001 a 35.999 BTU/h	Unid.	65		
4	Metro adicional linha frigorígena 18.001 a 35.999 BTU/h	Metro	280		
5	Instalação split 36.000 a 60.000 BTU/h	Unid.	35		
6	Metro adicional linha frigorígena 36.000 a 60.000 BTU/h	Metro	280		
7	Desinstalação split 9.000 a 18.000 BTU/h	Unid.	100		
8	Desinstalação split 18.001 a 35.999 BTU/h	Unid.	70		
9	Desinstalação split 36.000 a 60.000 BTU/h	Unid.	40		
10	Instalação/realocação de dreno até 10 metros	Unid.	200		
11	Manutenção preventiva split	Unid.	400		
12	Carga de gás 9.000 a 18.000 BTU/h	Unid.	40		
13	Carga de gás 18.001 a 35.999 BTU/h	Unid.	20		
14	Carga de gás 36.000 a 60.000 BTU/h	Unid.	10		
15	Compressor 9.000 a 18.000 BTU/h instalado	Unid.	20		
16	Compressor 18.001 a 35.999 BTU/h instalado	Unid.	10		
17	Compressor 36.000 a 60.000 BTU/h instalado	Unid.	10		
18	Placa condensadora convencional	Unid.	30		
19	Placa condensadora inverter	Unid.	30		
20	Placa evaporadora convencional	Unid.	50		
21	Placa evaporadora inverter	Unid.	50		
22	Placa receptora evaporadora	Unid.	5		
23	Moto ventilador condensadora 9.000 a 18.000 BTU/h	Unid.	20		
24	Moto ventilador condensadora 18.001 a 35.999 BTU/h	Unid.	10		
25	Moto ventilador condensadora 36.000 a 60.000 BTU/h	Unid.	10		
26	Motor turbina evaporadora 9.000 a 18.000 BTU/h	Unid.	10		
27	Motor turbina evaporadora 18.001 a 35.999 BTU/h	Unid.	5		
28	Motor turbina evaporadora 36.000 a 60.000 BTU/h	Unid.	5		
29	Turbina evaporadora 9.000 a 18.000 BTU/h	Unid.	20		
30	Turbina evaporadora 18.001 a 35.999 BTU/h	Unid.	10		
31	Turbina evaporadora 36.000 a 60.000 BTU/h	Unid.	10		
32	Hélice ventilador condensadora	Unid.	40		
33	Contatora condensadora	Unid.	10		
34	Serpentina condensadora 9.000 a 18.000 BTU/h	Unid.	5		
35	Serpentina condensadora 18.001 a 35.999 BTU/h	Unid.	5		
36	Serpentina condensadora 36.000 a 60.000 BTU/h	Unid.	5		
37	Sensor de degelo	Unid.	10		
38	Sensor de temperatura	Unid.	10		
39	Chave termostato ou seletora	Unid.	5		
40	Válvula de serviço 9.000 a 18.000 BTU/h	Unid.	10		
41	Válvula de serviço 18.001 a 60.000 BTU/h	Unid.	10		
42	Controle remoto original/universal	Unid.	30		
43	Capacitor compressor	Unid.	40		
44	Capacitor motor ventilador	Unid.	40		
45	Capacitor motor turbina	Unid.	10		
46	Substituição flange + carga gás	Unid.	30		
47	Solda tubulação para microfuros	Unid.	20		
48	Eletrocalha galvanizada 150x50 com tampa	Metro	85		
49	Canaleta PVC 60 mm com acessórios	Metro	70		
50	Canaleta PVC 80 mm com acessórios	Metro	130		

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão ou entidade gerenciadora será a Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP campus de Presidente Prudente.

3.2. Além do órgão ou entidade gerenciadora, não há órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, haverá quantitativo adicional equivalente ao quantitativo originalmente registrado, de modo que, no período de vigência da prorrogação, poderá haver contratação de quantidade equivalente ao quantitativo originalmente registrado e da eventual quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do caput do art. 82 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), quando for o caso.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.3. É vedado:

a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;

- b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do caput do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea "d" da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;

- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.3. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração;

11.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

11.3.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo fornecedor:

11.3.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e seus Anexos e à sua proposta;

11.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

11.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

11.3.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão ou entidade gerenciadora

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TESTEMUNHAS:

1-

2- |

